



# Anais da Assembleia

N.º 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 131.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1977.

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Lineu Turra, Lúcio Machado, Osvaldo Macedo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (26); achando-se ausentes os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcio Tolentino, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria contante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 181/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 36/77, ex-Proposição número 275/77, aprova termo de convênio e respectivo termo aditivo, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com intervenção das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos Programas de Treinamento de Executivos, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade.

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deferiu. O Sr. 1.º Secretário, procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

1a. discussão do projeto de resolução 171/77. Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, em se tratando de 1a. discussão, não consta da Ordem do Dia o projeto, conforme havia sido deliberado pelas duas bancadas.

Data vênua, ficamos em dúvida porque não sabemos com quais as entidades o Governo do Estado estabeleceu convênios.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O convênio foi assinado em Brasília, em 3 de janeiro de 1975, pelos Srs. Costa Couto, DD. Secretário do Planejamento, do Sr. Secretário do Planejamento do Estado, Castor Valverde, do Professor Teodócio Jorge Atherino, Magnífico Reitor da Universidade do Estado do Paraná, Dr. Mário Stadler, DD. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e do Dr. José Cassiano Gomes, Diretor de Crédito e Assistência Rural do Estado do Paraná, com as testemunhas devidamente arroladas.

Nos pareceres exarados pelas Comissões, todos favoráveis, se depreende que o deferido convênio celebrado pelo Estado do Paraná, representa um termo aditivo datado de 10 de dezembro de 1975 e diz respeito ao Programa Paranaense de Treinamento de Executivos com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a Universidade Federal do Estado do Paraná, com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

Como disse, posteriormente, esse projeto objetiva regularizar a aplicação de recursos destinados aos referidos cronogramas.

A Presidência, se o eminente Deputado desejar, pode declinar os valores ali declarados. Todavia, coloca o processo à disposição dos Srs. Deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução número 181/77. Encerrada a discussão.

Considerando que na oportunidade da chamada nominal não se constatou quorum para deliberação, a Presidência toma a liberdade de solicitar que os Srs. Deputados tomem os seus respectivos lugares para poder constatar a presença dos mesmos em número, regimentalmente, exigido.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 181/77, permaneçam como estão. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram permanecer como estão.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

14 Srs. Deputados aprovam. 11 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 9, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 181/77.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 132.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 1977.

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Ivan Rüppel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quíelise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanuso, Dácio Leonel, David Feder-mann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Brara Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sam-paio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Fidelcino Tolentino, Jayme Rodrigues Car-valho, Trajano Bastos, Egon Pudell, Enéas Faria, Muggiati Filho e Ernesto Dal'Oglio (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados Wilson Fortes e Alfredo Gulin.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

MENSAGEM 86/77 Curitiba, 15 de julho de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 04 de julho de 1977, ao convênio celebrado em 1o. de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de inter-esse do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-ro a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 87/77 Curitiba, 21 de julho de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-titucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebra-dos entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Admi-nistração e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

MUNICÍPIO	Data da celebração
Capanema	30/05/77
Coronel Vivida	24/06/77
Enéas Marques	24/06/77
Grandes Rios	23/06/77
Imbituva	23/06/77
Mariluz	03/06/77
Mariópolis	24/06/77
Moreira Salles	03/06/77
Palmas	23/06/77
Palmeira	16/06/77
Pato Branco	24/06/77
Piên	06/06/77

### MUNICÍPIO

	Data da celebração
Planalto	24/06/77
Santa Izabel do Oeste	24/06/77
São Jorge do Ivaí	30/05/77
São Sebastião da Amoreira	15/06/77
São Tomé	03/06/77
Teixeira Soares	14/06/77
Ubiratã	15/06/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-ro a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

### OFÍCIOS:

Sob o no. 203/77, do Sr. Eduardo Otto, Prefeito Municip-al de Santa Izabel do Ivaí, o qual solicita às autoridades compe-tentes, especialmente ao Sr. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de ser incluído imediatamente no Plano Rodoviário Estadual atual, ou em adendo ao mesmo, a continuação da pavimentação asfáltica desde o Município de Amaporã até Santa Cruz do Monte Castelo, passando pelos Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí. — Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. João Kuster, Vereador da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, encaminhando cópia do seu pronunciamento no qual lamenta as sucessivas mudanças de Prefeito no Município de Foz do Iguaçu. — Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. Diomário Knabben, Presidente do Rotary Club de Engenharia Beltrão, no qual toma conhecimento que a Prefei-tura Municipal está empenhada em solucionar o problema rela-cionado com a titulação de uma área de terras à ela doada pelo Estado através da Lei 6.007, de setembro/69, denominada "Lote no. 77", Secção Patrimônio Gleba Rio Mourão, naquele município. Outrossim solicita interceder junto aos órgãos com-petentes, no sentido de que seja a Escritura ou a Titulação Defi-nitiva legalizada o mais breve possível. — Ao conhecimento da Casa.

Telegramas nos seguintes termos: COMUNICO ENVIEI MINIS-TRO NEY BRAGA SEGUINTE TELEGRAMA BIPONTO TES-TEMUNHO IRRESTRITA SOLIDARIEDADE VOSSÊNCIA ANTE LAMENTAVEL EPISODIO OCORRIDO FLORIANO-POLIS VG ONDE ELEMENTOS SUBVERSIVOS INFILTRA-DO CLASSE ESTUDANTIL PROMOVERAM DESCABIDO ET INJUSTA MANIFESTAÇÃO HOSTIL EMINENTE HOMEM PUBLICO E MINISTRO QUE MAIS LUTOU E VEM LUTAN-DO ELEVACAO NIVEL POVO BRASILEIRO ET EM FAVOR ESTUDANTE CARENTE PT ABRAÇO JOAO BATISTA GNOATO — PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL CURITIBA — Ao conhecimento da Casa.

T/SEPAR 2105/77 DE 20/07/77 CUMPRIMENTANDO-O CORDIALMENTE VG ACUSO RECEBIMENTO DO OFICIO NR 1023/77 DA/DE/SC DE 29 JUNHO PROXIMO PASSADO VG BEM COMO COPIA REQUERIMENTO APROVADO EM SESSÃO PLENÁRIA DE 24 JUNHO PT CDS SDS — NEY BRAGA MINISTRO EDUCAÇÃO CULTURA. — Ao conheci-mento da Casa.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, nos termos do Regi-mento Interno, requer ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS MICHELON,

ocorrido no último mês de julho, na cidade de Pato Branco.

O extinto em vida representou o espírito de pioneirismo da gente sudoestina participando ativamente de todas as iniciativas que propiciaram a Pato Branco tornar-se a Capital do Sudoeste.

Seu desaparecimento, ocorrido prematuramente, abre uma lacuna nos meios políticos e esportivos do Sudoeste do Paraná e sua memória haverá de ser reverenciada por todos quantos tiveram a ventura de conhecê-lo e com ele conviver.

Requer que da decisão se dê ciência à família enlutada, à rua Tapajós — Pato Branco.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977

(a) IVO THOMAZONI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo emigrado para o Brasil em 1918, procedente do Japão, o Sr. Sakae Yaedu, se fixou em Arapongas com sua numerosa família, nos meados de 1946, quando aquele Distrito pertencia ainda ao Município de Rolândia.

No seu pioneirismo, viu nascerem e se desenvolverem o Município e a Comarca de Arapongas, tendo sido um dos idealizadores e fundadores da ACEAR — Associação Cultural e Esportiva de Arapongas, entidade que congrega os elementos da Colônia Japonesa, naquela região.

Formou uma família numerosa, família que se dedicou à agricultura, ao comércio, e se projeta hoje pelos nossos cursos superiores.

Teve, pois, profunda repercussão na sociedade local, o seu passamento, ocorrido em data de 20 de julho p. passado.

Em razão do exposto, requeiro que, ouvida a Casa, fique consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SAKAE YAEDU, dando-se comunicação desta homenagem aos seus familiares, na pessoa do Sr. Aristides Yaedu, à Av. Arapongas, 460, bem assim à Câmara de Vereadores e à ACEAR, todos em Arapongas.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Senhoria, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, nesta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ESTELLA RONCONI, ocorrido nesta Capital.

A morte da Sra. Estella Ronconi, que enlutou não só seus filhos e netos, mas a sociedade de Curitiba, onde se integrava como lúida representante do trabalho e conduta moral, sendo fundadora da Sociedade Paranaense de Orquidófilos, sabendo ser ativa e corajosa nos difíceis momentos de sua vida, ainda que curta..

Seu falecimento repercutiu intensamente, pois quem teve a oportunidade de conhecê-la, sabiam o quanto era merecedora de apreço e admiração, face às virtudes que ornava: sua personalidade de escol.

Assim, no momento em que se enluta a família Ronconi da cidade de Curitiba, é justo que a Assembléia do Paraná se associe às inúmeras manifestações de pesar.

Caso aprovado, se dê conhecimento ao Sr. Dr. NELSON RONCONI, no endereço a seguir:

Rua Barão de Campos Gerais, 610 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer após ouvida a Casa, encaminhe-se ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Interior o seguinte Pedido de Informação:

- As razões da SANEPAR continuar cobrando a "Quota Previdência" nas contas de água até abril p.p., contrariando o Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, vedando aquela cobrança após janeiro do corrente ano;
- Houve ou não irregularidade na cobrança da mencionada quota?
- Se houve irregularidade qual o destino do dinheiro arrecadado?
- Anexo ao presente requerimento o Sr. Secretário encontrará cópia de requerimento feito à SANEPAR pelo Condomínio "Visconde de Taunay". Solicito esclarecimento sobre a veracidade das alegações do requerente.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado das Obras Públicas, encarecendo a urgente necessidade de melhoria na estrada que liga Mal. Cândido Rondon e Guaíra, pois que se encontra em precárias condições de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

### JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Mal. Cândido Rondon escolheu por Guaíra a produção de trigo que reúne em toda a área regional. O Banco do Brasil, que é o responsável pelo transporte do trigo, não conseguiu encontrar empresas que realizassem a operação de transporte nas condições e preços normais devido às péssimas condições da estrada.

Nessa situação, a própria cooperativa teve que mobilizar seus próprios veículos para o transporte da safra, pois que seus armazéns estão praticamente lotados com parte da soja, do milho e de outros cereais.

A grande safra do trigo encontrou assim mais uma dificuldade no processo de comercialização em vista das deficiências daquela estrada e de sua conservação. É imperiosa a ação do Estado para a melhoria do sistema de transporte na região.

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 101/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o "NÚCLEO SOCIAL PAPA JOÃO XXIII, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

### JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Social Papa João XXIII, é uma entidade civil com personalidade jurídica, sem finalidades lucrativas, e que visa exclusivamente promover atividades filantrópicas, junto à comunidade de Maringá.

As suas reais e elevadas atividades perante a Sociedade de Maringá, conforme relatório que anexo apresentamos, granjeou-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei no. 1153/77, de 01/04/77.

Com o presente projeto de lei propomos, que a entidade, face aos seus meritórios e elevados objetivos que vem proporcionando junto aos menos favorecidos, receba o reconhecimento público estadual, com o que esperamos contar com o apoio e a

aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 102/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o “CORAL BENTO MOSSURUNGA”, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

## JUSTIFICATIVA:

O Coral Bento Mossurunga, da cidade de União da Vitória, é uma sociedade civil, sem finalidades lucrativas e cujo objetivo é a divulgação e o ensino da cultura, através do canto coral.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais, para que o Poder Público possa considerá-la de utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 103/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LONDRINA”, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Advogados de Londrina é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída em 04 de dezembro de 1965,, achando-se registrada sob o no. 252 no Livro A-1 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Pela Lei Municipal no. 2759, de 27 de maio de 1977 foi reconhecida de utilidade pública pelo Município de Londrina.

Sua diretoria não recebe qualquer tipo de remuneração (art. 26 § 1o. dos estatutos) e no caso de sua dissolução, seu patrimônio será destinado à entidade congênere ou a uma instituição de caridade (art. 49 dos estatutos).

Vem cumprindo os objetivos a que se propôs, reunindo assim todas as condições necessárias para obter o reconhecimento que ora se pretende.

Por tais razões, esperamos que os nobres Pares desta Casa ofereçam seu apoio ao presente plano de lei.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 104/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica criado, no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com as seguintes divisas:

Ao Norte, com os Distritos de Ouro Verde e Sede, pelo Rio Santa Quitéria, a partir da divisa entre as Fazendas “Aparadão” e “Santa Izabel”, segue rio acima, até encontrar a divisa entre a Colônia São Francisco e a Colônia Rio Quarto;

Ao Leste, com o Distrito de São Francisco, por uma linha seca reta, divisa entre a Colônia Rio Quarto e Colônia São Francisco, partindo do Rio Santa Quitéria em direção sul até encontrar Rio São Francisco - Falso - Braço Norte;

Ao Sul, com o Município de Céu Azul, pelo Rio São Francisco Falso - Braço Norte, desde a divisa entre a Colônia Rio Quarto e a Colônia São Francisco até encontrar a divisa entre as fazendas “Aparadão” e Santa Izabel”.

Ao Oeste, com o Distrito de Luz Marina, pela divisa entre

as Fazendas “Aparadão” e “Santa Izabel”, partindo do rio São Francisco-Falso Braço Norte, até encontrar o rio Santa Quitéria, ponto de partida.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) EGON PUDELL

## JUSTIFICATIVA:

O surto desenvolvimentista que vem apresentando a região oeste do nosso Estado, está a exigir mudanças administrativas, a fim de que o progresso não encontre entraves e gere distorções.

A localidade de São Pedro, no Município de Toledo, pelo seu grande desenvolvimento, já mereceu o reconhecimento como distrito, pela Lei Municipal no. 581, de 23/10/70. Com o presente projeto de lei queremos agora convalidar aquela manifestação municipal e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem ocupou a tribuna desta Casa, o Deputado e companheiro de bancada e de Partido, Deputado Deni Schwartz, para tecer comentários a respeito da eletrificação rural em nosso Estado.

Sobre o assunto, destacou o eminente companheiro Deputado, o pronunciamento do Presidente da COPEL, Sr. Arturo Andreolli, no sentido de que havia afirmado, aquele Presidente, que a eletrificação rural em nosso Estado através de cooperativas, seria inviável ou, entende como inviável, por razões de má estrutura nesses órgãos cooperativistas.

Portanto, nós entendemos que está fracassada a eletrificação rural em nosso Estado através de cooperativas, que se organizaram e que se tentam organizar.

Nós, há em 1976, apresentamos trabalhos nesta Casa, com respeito ao assunto e; encaminhamos às autoridades federais e estaduais, ao Presidente da ELETROBRÁS, ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, ao Sr. Governador do Estado, ao Presidente da COPEL, mostrando a necessidade de se fazer eletrificação rural no Estado do Paraná, mas não nos termos em que estava colocado o problema, através de cooperativas, com a participação de 100 por cento dos proprietários rurais.

Nós entendíamos e entendemos ainda, que, a eletrificação rural deve ficar a cargo tão somente dos poderes públicos, sem nenhuma participação econômica dos proprietários rurais, porque todos nós sabemos que o Brasil é um País essencialmente agrícola, que a nossa economia está estruturada no setor primário e que, além disso, o interesse do Governo também é no sentido de fixação do homem no campo. E para que isto ocorra, é indispensável que se dê condições e meio de vida, para o homem que vive no campo.

Por isto, nós sustentamos naquela oportunidade e através de convênio do Ministério da Agricultura, da Eletrobrás, Governo do Estado e Copel, a eletrificação rural a ser feita, porém, sem qualquer ônus para o proprietário rural e já verificamos então, naquela oportunidade, quando aqui no Paraná a participação do proprietário rural era de 100 por cento sobre o custo da obra, que, lá em Santa Catarina, a participação era de apenas 20 por cento.

Ora. Se em Santa Catarina esses proprietários rurais participavam apenas com 20 por cento, por que no Paraná, haveria de sofrer o proprietário rural, o encargo de 100 por cento sobre o custo da obra? E hoje nós vemos com satisfação, estar minorando o problema para o proprietário rural. Porque, não sei,



se foi a nossa tese que vingou, mas o fato é que a participação hoje, do proprietário rural, é apenas no Paraná, de 25 por cento o que eu entendo ainda pesada, porque especialmente na região Sul, os proprietários rurais são pequenos proprietários que não têm condições de suportar o encargo, o ônus da construção das linhas regulares.

Portanto, acho que ainda está na hora de o Governo participar integralmente com o custo da obra, sem qualquer ônus para o proprietário rural.

Então, queríamos destacar e especificamente, Sr. Presidente — logo terminarei meu pronunciamento —, o Município de Palmeira.

No ano passado, por volta do mês de outubro, lá se prometeu a eletrificação rural aos proprietários.

Esteve S. Exa. o Sr. Governador em diversos distritos do Município, — e não sei se foi mal colocado o problema, ou mal entendido pelos proprietários rurais — mas o fato é que, de acordo com o pronunciamento feito pelo candidato e atual Prefeito da Arena e pelo Sr. Governador, seria levada a eletrificação rural nos diversos distritos do Município de Palmeira. E nessa época mesmo se colocaram postes nos mesmos distritos, acenando aos Srs. proprietários rurais de que a eletrificação rural em breves dias estaria nesses lugares.

Hoje, se volta ao Município de Palmeira, através da Copel, oferecendo-se eletrificação rural, mas com ônus para o proprietário rural, de 18 mil cruzeiros à vista.

Grande número de proprietários estão se recusando, porque não têm condições de participar com essa quantia, especialmente à vista. E são poucos então que têm aderido a esse programa de eletrificação rural, com participação através de cooperativas.

Nós queríamos dizer aqui que estamos acreditando ainda que a eletrificação rural no Município de Palmeira haverá de ir, nos termos em que foi colocado naquela ocasião, sem nenhuma participação econômica dos proprietários rurais, bastando somente a solução do Estado, em convênios com a Copel, porque assim foi prometido naquela oportunidade, e nós esperamos os proprietários rurais do Município de Palmeira, que tenho a satisfação de representar, estão esperando que aquela promessa seja cumprida. E, portanto, Sr. Presidente, faço um apelo através da Casa a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para que cumpra aquela promessa que foi feita em outubro de 1976, nas ante-vésperas da eleição de que a eletrificação rural do Município de Palmeira seria feita sem qualquer ônus para os proprietários rurais, ocasião em que lá se encontravam postes, acenando aos proprietários, de que a eletrificação rural ali estaria.

E, para finalizar, Sr. Presidente, queria que V. Exa., e requero a V. Exa., que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado uma cópia do nosso pronunciamento, para que ele tenha conhecimento dos termos em que está sendo colocado o problema da eletrificação rural do Município de Palmeira, e que este Deputado, como os proprietários rurais de Palmeira, esperam ser atendidos, porque, naquela oportunidade, parece a eles e a mim também, que o problema da eletrificação rural ficou colocado nos termos a que aludi, sem qualquer participação dos proprietários rurais, com respeito ao custo da obra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Requerimento deferido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Surpreendidos fomos ao ler pela manhã, no prestigioso matutino "O Estado do Paraná", quando se refere que um Prefeito do MDB sofre pressão de S. Exa. o Sr. Governador do Estado sobre o programa do "PRÓ-SAFRA".

Causou-nos espécie, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que

na reunião da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná e Barracão, quatro Prefeitos, conforme diz este prestigioso jornal, tivessem se queixado da orientação do ilustre Dr. Osiris Stenghel Guimarães, o homem que vem dinamizando, sob a orientação de Jayme Canet Júnior, os negócios da Secretaria dos Transportes, uma equipe de trabalho do gabarito do ilustre Diretor Técnico, Dr. Tancredo Benghi, um homem que está, das 7 da manhã às 9 da noite, lutando no programa de "PRÓ-SAFRA", que é o companheiro de todos os Prefeitos, indistintamente, Dr. Cícero e seus auxiliares.

Queria apenas para elucidar, apenas para trazer um esclarecimento no que concerne ao programa "PRÓ-SAFRA" na minha região.

Foram beneficiados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram beneficiados, povo do Paraná, todos os Prefeitos da oposição da gloriosa legenda emedebista de nossa região. Tiveram seus contratos em andamento e já tiveram benefícios, os Prefeitos de Jacarezinho, Santa Mariana, Nova Fátima e Curiúva. Curiúva ainda, Srs. Deputados, Sr. Presidente, foi um dos poucos municípios de minha região que recebeu o programa do INAN orientado pelo ilustre Secretário Arnaldo Busato, sem olhar a distinção de credo partidário.

É nesses instantes que ficamos, muitas vezes, chocados quando vemos injustiças sendo praticadas, porque o programa "PRÓ-SAFRA" não pertence à ARENA, não pertence ao MDB; e sim, pertence aos governos que querem aplicar o dinheiro do povo, em benefício desse mesmo povo.

E é por isso que queríamos, para esclarecimento do povo de minha terra e, principalmente, do povo do norte pioneiro, estão lá a testemunhar os Prefeitos de Jacarezinho, Santa Mariana, Curiúva, Nova Fátima, que vêm recebendo auxílio destinado àquelas Prefeituras e para todas as Prefeituras paranaenses.

Recebeu, Sr. Presidente, há uma semana, o Prefeito de Santa Mariana, óleo; recebeu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, receberam todos esses Prefeitos do MDB, cimento e todo material necessário para construção das pontes que estiveram enquadadas dentro do programa do "PRÓ-SAFRA".

Receberam os contratos assinados, da região, da micro-região de Santo Antônio da Platina, das cidades de Ribeirão do Pinhal o mesmo tratamento, Sr. Presidente, é o mesmo tratamento, Srs. Deputados, que o ilustre Secretário de Transportes, Dr. Osiris Guimarães, dá a todos os Prefeitos, sem coação, seguindo, apenas, as normas orientadas e ditadas pelo grande Governador Canet Júnior, já intitulado como "o Governador das Estradas", principalmente na nossa região. É um fato inconteste, é um fato palpável que Canet Júnior construiu e reviveu o programa de estradas no Norte Pioneiro.

Poderíamos chamar este ilustre Governador, "Governador das Estradas", da redenção, principalmente, da nossa região. Estamos a testemunhar as estradas que, citando entre muitas, de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina; as estradas que serão asfaltadas, de Ibaiti a Congonhas; as estradas, Sr. Presidente, de Ribeirão Claro a Jacarezinho; a estrada, Sr. Presidente da minha cidade, Joaquim Távora, a Carlópolis, unindo o Norte Pioneiro por mais uma via asfáltica, ao Estado de São Paulo.

É nesses casos, Sr. Presidente, que podemos dizer a verdade, que é preciso que se diga alto e bom som, que o Governador Canet Júnior não faz distinção, não coage Prefeito e sim, está cumprindo, altaneiramente, o seu dever de Governador, aplicando e trazendo os benefícios vindos do Governo Central a favor do Paraná e de sua gente. É por isto que, talvez, os Srs. Prefeitos do MDB, dessas cidades, têm recebido e, procurando, talvez, deturpar a orientação, deturpar o que de fato existe no Paraná. A ARENA foi a grande vitoriosa no pleito passado e não precisamos fazer pressão para conquistarmos, a não ser maior pressão, que aplicar o dinheiro do povo e conquistar o povo com o trabalho, com dinamismo como está fazendo toda a equipe de Jayme Canet Júnior e destacando-se o grande Secretário dos Trans-

portes, Dr. Osires Guimarães,

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As histórias se repetem, as apoteoses se reprisam. Vivemos a época do "mutatis mutandis". Há os que fingem que não são, mas acabam demonstrando que são.

É o interesse de grupo que se sobrepõe sobre o interesse do Estado, sobre o interesse do povo. Nada mudou, tudo permanece como é. Os feiticeiros ferozes digladiaram-se no espaço, por muitos anos, entretanto, pelo que parece, muito breve se reunirão nas entranhas do inferno para, com muita pompa, se reconciliarem.

O interesse pessoal sonha e soa na consciência da necessidade e da defesa de cada um. O delinear para um breve ajuntamento das forças, afinal, de que poderá valer os segredos cabalísticos, se eles não fizeram segredos entre os magos da mesma catacumba?

Aliás, eles não deviam ter aceitado a divisão. Faltou a eles não o poder e muito menos a capacidade. O que faltou-lhes, isto sim, foi a fleuma, foi o respeito ao próprio Paraná e ao próprio povo.

Segundo o que se observa nos jornais dos últimos dias, o Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado do Paraná, inimigo terível dos governantes atuais, desfalcado até economicamente há pouco tempo de um dos seus veículos de divulgação, se contratam através dos conselhos do mestre Presidente Nacional da Arena, o Pacificador, para uma reunião nas entranhas do seu Partido, e lá se reconciliarem, a bem, é claro, do interesse particular de cada um.

Que País é este, meu Deus, quando o povo clama desde o cabo da enxada até o marejar dos dias como o operário. Quando o comerciante chora lágrimas tristes pelas tributações violentas que são impostas. Quando a todos os momentos se vê firmas de tradição escorregando para a falência e para a degradada situação de miséria de caos e de desequilíbrio. Enquanto grupos que fingem brigar e no instante em que sentem que o povo quer dar o troco por tanto e tanta maldade que tem recebido, inimigos terríveis se juntam, o poder com o poder.

Não importa a eles nem o brio nem a vergonha; não importa a eles muito menos o sacrifício de um Estado e de uma Nação. O que importa são seus interesses expúrios e particulares.

Eu vivi o governo do Sr. Paulo Pimentel e já disse daqui, desta tribuna, que foi o pior governo que o Paraná já teve. Foi o governo de Momo; o governo de tocatas e de pandeiro; o governo de negociatas; o governo de politicagem.

Estou vivendo este governo que aí está. O governo viajante e programador, o governo que gosta de palmas e bajulação, o governo que despacha e leva nos bolsos os convênios que se instalaram para a miséria das Prefeituras.

Eu vivi diversos governos, mas como esses dois, categoricamente ruins e vaidosos, eu não vivi nenhum.

O que faz o Sr. Paulo Pimentel neste instante, e o seu grupo irreconciliável, é uma demonstração ao Paraná de que falta à cúpula predominante deste Estado, o brio político, Sr. Presidente.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes ocupava a tribuna o nobre Deputado Gabriel Manoel, que teceu loas ao governo do Sr. Jayme Canet Júnior, e em parte quase que "in totum" tem razão o nobre Deputado, porque realmente, é um governo que vem correspondendo àquilo que dele se esperava. Pelo menos esta, é

a opinião do homem do interior, com quem eu tenho conversado, com quem eu tenho trocado idéias.

Estive fora desta Casa e praticamente da política, por quase dois anos, mas, neste reatamento de diálogo com o homem do interior, eu tenho sentido que realmente, este governo tem se desincumbido a contento, da missão que lhe foi confiada.

Mas isso não quer dizer que nós, homens da ARENA, aceitemos passivamente a atuação de determinado Secretário de Estado, diretores de autarquias e empresas públicas. Como é o caso da SANEPAR, que tem elevado a tarifa da água na Capital de modo abusivo, e o que é pior, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, não tem aceitado reclamações do contribuinte, do consumidor.

Tenho aqui uma carta de um síndico, de um dos condôminos da Capital, em que ele faz um histórico do custo da água com o mesmo número de metros cúbicos consumidos.

Em março, o condomínio pagou Cr\$ 3.108,10; em abril, pagou Cr\$ 8.210,62; em maio, pagou Cr\$ 12.062,55.

Quer dizer, um aumento abusivo insuportável, e isso tem ocorrido com toda a Capital do Paraná.

Nestas condições, Sr. Presidente, em virtude de carta que recebi do Condomínio "Visconde Taunay", pelo seu síndico, Orildo Oliveira, que requereu à SANEPAR uma revisão das contas daquele condomínio e teve seu requerimento indeferido, eu estou encaminhando hoje, ao Sr. Secretário do Interior, um pedido de informações, não só com relação a esse caso, que particularmente me referi, mas com relação a uma outra irregularidade cometida pela SANEPAR na Capital, talvez no interior também tenha ocorrido o mesmo fato.

Refiro-me à cobrança da quota de previdência, nas contas da água. Os Srs. Deputados bem o sabem que a cobrança da quota de previdência nas contas de água, luz e telefone, foi proibida por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República.

Entretanto, a SANEPAR continuou cobrando a "quota de previdência" até o mês de abril próximo passado.

O meu pedido de informações, Sr. Presidente, é o seguinte: Indagando ao Sr. Secretário, as razões da Sanepar continuar cobrando as quotas de previdência nas contas de água, até abril, próximo passado. Contrariando o Decreto do Sr. Presidente da República, que veda a cobrança daquela taxa após janeiro do corrente ano.

A segunda pergunta, é se houve ou não irregularidade na cobrança da mencionada conta. E a terceira pergunta, se houve irregularidade, qual o destino dado ao montante do dinheiro arrecadado, que não é pouco, Sr. Presidente.

Ora, se a Sanepar estava proibida por decreto do Sr. Presidente da República, de cobrar a "quota de previdência", nas contas de água e se ela o fez, a que conta creditou este dinheiro? Que destino deu ao montante arrecadado, que não é pouco, como já disse e que não podia ser contabilizado de maneira nenhuma, porque a cobrança, a meu ver, foi irregular? E como isto monta a centena de milhares de cruzeiros, é justo que o Sr. Secretário do Interior responda a esta Casa, dizendo da destinação do dinheiro.

O nosso requerimento era este, Sr. Presidente.

Mas, antes de deixar a tribuna, queria fazer algumas considerações sobre dois pronunciamentos do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado.

Mas, antes de eu comentar os dois pronunciamentos, quero dizer que a figura do nobre Deputado Lúcio Machado, que à princípio me parecera um homem preocupado com a boa administração da coisa pública; que à princípio me parecera um homem preocupado com a sorte, principalmente dos deserdados da própria sorte e da fortuna, um homem que no começo me pareceu um trabalhista autêntico; mas que hoje, lamentavelmente, esta imagem que eu fiz do nobre Deputado vai se dissipando aos poucos.

Primeiro, quando investiu contra o funcionalismo indefeso

desta Casa. Foi, a meu ver, um ato de covardia de S. Exa. Ontem, quando ele investe, faltando com a verdade, contra o Prefeito de Curitiba.

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela ordem). Sr. Presidente, lamentavelmente, eu tenho que descrever da capacidade de respeito e de educação que eu tinha observado erradamente, no nobre Deputado que ocupa a tribuna.

A palavra covarde é perjúrio; portanto, é antiparlamentar. E V. Exa. avança o sinal, dando a espécie de amedrontamento ou coação, o qual a minha formação política não aceita. Portanto a palavra fica devolvida a V. Exa. Covardemente tem agido V. Exa. quando falta com o respeito como parlamentar como é V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente eu não aceito a devolução da pecha; porque eu acho que eu não sou covarde; eu estou enfrentando de igual para igual, um parlamentar. Agora um homem que se vale de um mandato, para investir contra o funcionalismo indefeso, que não tem voz ativa nesse parlamento, repito, para mim é covarde.

Sr. Presidente, mas além de covarde é incoerente, porque...

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela ordem). Sr. Presidente, eu perguntaria a V. Exa. se o nobre Deputado usa o Grande Expediente, para o seu pronunciamento? Porque já falou por 7 minutos. V. Exa. tem sido rígido com esse Deputado, não passando dos 5.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, antes que V. Exa. responda a questão de ordem, o relógio do nobre Deputado está desregulado.

Estou falando há apenas 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra que tem observado com todo o rigor o tempo concedido aos Srs. Parlamentares, tanto no Pequeno como no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vou procurar sintetizar o meu pronunciamento.

Devo dizer que a Avenida das Torres é uma conquista do povo curitibano. Uma luta de mais de 20 anos, iniciada na Câmara Municipal de Curitiba e terminada junto com meu mandato, em 74, no plenário desta Casa.

Só eu sei da luta para que se conseguisse a assinatura de um convênio entre o Departamento Nacional de Estrada de Rodagem e a Prefeitura de Curitiba, para a conclusão do primeiro trecho da Avenida das Torres. E, ontem, veio o nobre Deputado distorcer os fatos e inculpar o Prefeito de uma culpa que ele não tem, ou seja, de ter paralisado as obras da Avenida das Torres, exatamente perto do estabelecimento industrial do genitor do Presidente Regional do Diretório da ARENA.

Mas, como o tempo é curto, voltarei ao assunto em outra oportunidade, para demonstrar que o nobre Deputado Lúcio Machado tem sido incoerente. Inclusive, li por diversas e diversas vezes, o nobre Deputado tecendo elogios, os maiores elogios à obra administrativa de Paulo Pimentel. Hoje, S. Exa. vem distilar seu ódio contra aquele ex-Governador, dizendo que foi o pior governo do Estado do Paraná.

Mas, eu, muitas e muitas vezes, li pronunciamentos do nobre Deputado, feitos nesta Assembléia, elogiando aquele político e o governo que ele realizara.

Por isso, consigno o meu desapontamento pela incoerência com que tem se comportado, nesta Casa, o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O tempo está esgotado e voltarei oportunamente a esses dois assuntos que hoje aqui abordei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs.

Deputados.

Não pretendia, no dia de hoje, usar da palavra.

Vim a esta Assembléia apenas com o intuito de votar a Ordem do Dia e logo após, viajar ao litoral.

Todavia, Sr. Presidente, nobres Deputados, vi e senti que o nobre e valente Deputado Erondy Silvério usou da tribuna desta Casa — e não sei porque — porque pelo conhecimento que tenho de S. Exa., o nobre Deputado seguiu um caminho que antes nunca havia seguido.

Acredito que talvez tenha sido o impacto de voltar a esta Assembléia!

Acredito que talvez tenha sido a vontade de defender aqueles que o saudaram!

Vem a esta Casa, o nobre Deputado, e logo de início diz que conhecia os ideais trabalhistas do Deputado Lúcio Machado.

Eu também conheço, e muito mais do que o nobre Deputado Erondy Silvério e não admito que quando se fale em trabalhismo se venha pechar, ou xingar até de covarde um homem que deu tudo em favor, em prol de seu ideal, em defesa dos interesses do Paraná.

MAS TALVEZ, talvez tenha sido a vontade de dizer nesta Assembléia, de contestar o Governo mas assim não faz, como fazia há pouco tempo em programa de rádio em nossa cidade.

Meu caro Deputado Erondy, que conheço há tanto tempo, V. Exa. parece que seguiu outro caminho agora, ao assumir esta Casa.

Via falar e escutava os seus programas, e achava, me parece, que o Deputado Erondy Silvério segue o caminho que deve ser seguido.

Mas parece que houve o desvio da Assembléia, e vem aqui agora sem contestar como fazia, a xingar companheiro de minha bancada. Um homem trabalhista sim, que sempre deu tudo de si em prol de nossa gente e de nosso Estado.

Só um momentinho, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias. O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na tarde de hoje é a observação que fizemos em nossas andanças pelo Interior do Estado do Paraná, já que somos Deputados trazidos a esta Casa pelo Interior, pela sua gente.

E que sempre quando o visitamos, quando por lá passamos, procuramos observar e atender as maiores e as mais prementes necessidades daquele povo que habita no Interior do Estado do Paraná.

E agora, aproveitando o recesso, parlamentar, é evidente que por poucos dias, mas mesmo assim, andamos por diversos municípios e deparamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com um problema que nos parece de certa gravidade e que, tenho certeza, será acolhido por todos os pares, independentemente de Partido político, porque pensamos que é do interesse da Casa e dos Srs. Deputados.

E procuramos, Sr. Presidente, fazer um trabalho para melhor elucidar os Srs. Deputados e pedir aos mesmos que queremos o apoio, e a colaboração no que agora vamos comentar desta tribuna.

SR. PRESIDENTE, SRS. DEPUTADOS.

(Lendo): "Economistas nacionais e estrangeiros se referem, com singular entusiasmo, ao "milagre brasileiro", eclosão das forças vivas e do aproveitamento das potencialidades no sentido de nossa crescente industrialização e do crescente aumento da nossa diversificada produção agrícola.

Em meio das loas incontidas, esquecem — talvez por inadvertência — de acentuar que o "milagre brasileiro" é uma consequência, lógica e natural, do "milagre paranaense". Sem este, não haveria aquele.



A economia estadual, ainda no começo do século em curso, se baseava em dois produtos de indústria extrativa — a madeira e a erva-mate. A erva ocupou, durante anos seguidos, o primeiro lugar em nosso comércio de exportação, com mercados certos e altamente receptivos no Chile, no Uruguai e na Argentina.

A nossa produção agrícola era, então incipiente, mais uma agricultura de subsistência do que propriamente de comercialização. Quando muito, enviávamos, em cada safra, alguns vagões de batatas de Irati, para São Paulo.

O surto do café, no setentrião, veio abrir-nos, tal qual no Estado bandeirante, novas e promissoras perspectivas.

As exigências da lavoura andeja obrigaram ao desbravamento dos sertões virgens, a começar do que hoje denominamos de “Norte Velho”. Mineiros e paulistas descobriram ali, muito antes de nós, a fertilidade do solo e a excelência do clima. Brotaram, aos poucos, povoados que se transformaram em belas e florescentes cidades — Quatiguá, Joaquim Távora, Tomazina, Siqueira Campos, Ribeirão Claro, Cambará, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho.

Indomável e caprichosa, a rubiácea queria a conquista de novas terras. Não tardou que a matéria de outras regiões também fosse derrubada, para dar lugar a sítios e fazendas, a patrimônios, vilas e cidades — Cornélio Procopio, Congoninhas, Assaí, Jataí e Apucarana, tendo Londrina como o centro irradiador da civilização e do progresso. Até estrada-de-ferro se construiu, para a ligação mais rápida e mais eficiente, do “Norte Velho” com o “Norte Novo”, que despontava.

Idêntico ao fenômeno da multiplicação das células no organismo animal, Londrina se subdividiu em povos e não menos ricos municípios. Basta lembrarmos-nos de Cambé, Arapongas e Rolândia, em uma direção; de Ibioporã, Sertãozinho, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio, em outra direção. Estes, e outros municípios nasceram do ventre de Londrina.

O café continuou a avançar. Ei-lo, agora, no “Norte Novíssimo”, e já marchando rumo ao Nordeste, ao Oeste e ao Sudoeste do Paraná.

Quem não se admira, à contemplação de Maringá, de Paranavaí e de Umuarama? Ao mesmo tempo que elas, quantas outras cidades, de número incontável, nasceram e se desenvolveram?

Atrás do café, outras culturas foram implantadas, cada qual nova e poderosa fonte de riquezas — o milho, e o feijão, a fazerem, do Norte Paranaense, o celeiro do Brasil. Em sua companhia, a mamona, o algodão, a menta, o rami. E agora, a soja e o trigo.

A diversificação da agricultura ocasionou, no Paraná, verdadeira revolução nos métodos de aproveitamento da terra.

Tínhamos, antes, o machado e o fogo. A mecanização agrícola, a calagem, a adubação do solo, a semente selecionada, o combate racional às doenças e às pragas, a multiplicação de silos e armazéns, e intensificação do programa de construção de modernas estradas de rodagem, tudo isso comprova que Governo e Classes Produtoras se entendem e se unem, com os olhos postos na meta do Desenvolvimento Econômico Nacional.

Podemos falar, com o mesmo orgulho, do nosso parque industrial.

Há algumas décadas, possuíamos “soques” e engenhos de beneficiamento da erva-mate, ao lado das gulosas serrarias, que devoravam, sem critério e sem consciência, os maciços pinheirais dos três planaltos paranaenses. Fora disso, praticamente mais nada.

Graças à rede de usinas hidrelétricas, já construídas, ou em fase de construção, em diversas regiões, o Paraná também enveredou para a industrialização, com o aproveitamento de suas abundantes e distintas matérias-primas.

São vibrantes exemplos dessa iniciativa as Cidades Indus-

trias de Curitiba e de Ponta Grossa, nas quais se instalaram importantíssimas empresas nacionais e estrangeiras.

Por outro lado, em numerosos outros municípios, indústrias de vários tipos se fazem presentes.

Por ser ciência de todos, não é preciso pôr em relevo o resultado de tal empreendimento.

Assistimos, então, ao fortalecimento da receita pública e da riqueza particular, ao mesmo tempo que acompanhamos a multiplicação da mão-de-obra especializada nos mais diferentes ramos profissionais e a introdução da tecnologia mais moderna. Os salários se elevam, com reflexos positivos no melhoramento do nível de vida da comunidade.

O enriquecimento do Estado, como pessoa de Direito Público, importa no somatório de mais vastos recursos, para investimentos de vulto na construção e modernização das estradas de rodagem, na disseminação e aperfeiçoamento da rede escolar e dos serviços de saúde, no apoio técnico e financeiro ao crescimento do nosso parque industrial e no desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris.

Sabemos quão complexa, quão difícil e quão delicada a conjuntura econômico-financeira do País. Apesar disto, a nossa marcha com galhardia, porque o seu povo, de tempera de aço, não se intimida diante dos obstáculos.

A verdade é que estamos caminhando com rapidez, para um dos primeiros lugares, dentre os Estados-membros da Federação Brasileira, como fonte produtora de divisas.

Exportamos, hoje em dia, não apenas produtos primários. Fazemo-lo, também, de produtos secundários e terciários, numa comprovação de que contamos com uma economia cada vez mais consolidada.

Não se admire, pois, ninguém, se, dentro de pouquíssimos anos, estivermos ocupando a segunda e honrosa posição como carregadores de moedas fortes para o Brasil e, conseqüentemente, como grantidores do equilíbrio, — senão do superavit, — em nossa balança comercial.

A rede bancária funciona dentro do nosso organismo econômico, tal qual o aparelho circulatório, no organismo animal. Capta e redistribui os recursos financeiros, tendo em vista o fortalecimento e a prosperidade da nossa economia.

Diga-se a verdade: enquanto o Paraná não pôde contar com rede bancária extensa e operante, a sua produção era incipiente, mesquinha até. As injeções sucessivas de dinheiro, a par de uma orientação sadia, espontaneamente prestada às classes produtoras, contribuiu para o notável impulso desenvolvimentista.

Estabelecimento que ocupa lugar de singular e justo relevo dentro do sistema, é, sem dúvida, o Banco do Estado do Paraná S/A., do qual é o maior acionista o próprio Governo Estadual.

Se houve época em que era pálido o papel que desempenhava, o Banco do Estado do Paraná S/A., tem, hoje, em dia, atuação de grande alcance econômico, social, cultural e político, na quase totalidade dos municípios em que plantou sucursais e agências.

A sua estrutura é de tal porte que não existe micro-região paranaense que não esteja sendo atendida e beneficiada pelo “banco de todos nós”. Não satisfeito ainda, projetou-se nacionalmente, num trabalho paciente e frutífero.

Orgulhamo-nos ao contemplarmos as movimentadas agências do Banestado no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em tantas outras parcelas da Federação Brasileira. Orgulhamo-nos, porque sentimos o apoio e a confiança do Comércio, da Indústria e da Agricultura de todo o País nesta nossa organização bancária legitimamente paranaense.

Basta a menção dalguns números, para atestarmos a robustez do Banestado.

Em recente Assembléia Geral Extraordinária, elevou o



capital social para 420 milhões de cruzeiros, acompanhando, destarte, o seu insopitável crescimento.

Se, em dezembro de 1975, os depósitos, nas 192 Agências, em todo o País, chegavam a Cr\$ 1.680.259.000,00, já anunciava, em dezembro de 1976, o expressivo aumento de 41 por cento, porquanto esses depósitos se haviam elevado para Cr\$ 2.342.167.000,00.

Por outro lado, os empréstimos totais haviam atingido, em dezembro de 1975, a Cr\$ 3.854.638.000,00, mas, em dezembro de 1976, as cifras haviam sofrido o aumento de 49,41 por cento, porque os empréstimos totais haviam subido para Cr\$ 5.759.070.000,00. Só os empréstimos rurais alcançaram, no ano passado, o montante de Cr\$ 1.807.624.000,00 perfazendo o aumento de 34,94 por cento sobre o exercício financeiro de 1975.

A Carteira de Câmbio, por sua vez, prodigalizou, no primeiro semestre do ano passado, o resultado geral de Cr\$ 17.285.000,00, ao passo que, no segundo semestre, esse resultado subiu para Cr\$ 30.354.000,00.

Ao final do exercício financeiro de 1975, o Banestado apresentou o lucro líquido de Cr\$ 165.702.000,00, enquanto, em 1976, esse lucro líquido cresceu para Cr\$ 304.482.000,00.

Torunar-se-á necessária a enumeração de mais alguns números, para comprovação da estupenda vitalidade do Banco do Estado do Paraná e da sua poderosa contribuição para o desenvolvimento econômico de nossa terra?

x x x x x x x

Temos de considerar que o crescimento do Banco do Estado do Paraná, e que a expansão da sua atividade junto à Indústria, ao Comércio e à Agro-Pecuária se devem à ação diligente e esclarecida do seu corpo diretivo, constituído de homens integrados no "metier" e perfeitamente cônscios das necessidades exurgentes.

Um dos primeiros e acertados passos foi o do treinamento do pessoal, em seus diferentes níveis.

Para um total de 2.682 funcionários, houve nada menos de 168 cursos em 1976, objetivando cada qual a formação, a atualização, o treinamento e o aperfeiçoamento em todos os setores de atividade. Mas, o quadro de Pessoal se eleva a 5.492 funcionários.

Graças à instituição desses cursos, dispõe o estabelecimento de pessoal altamente especializado, e cônscios da importante missão de que aquele se acha incumbido em face dos imperativos categóricos do desenvolvimento paranaense.

x x x x x x x

Se o Banestado vem atingindo, paulatinamente, as suas metas, deve-o, sem dúvida, à Diretoria com que conta, e que age com verdadeiro "ESPRIT DU CORPS". Cada membro traz consigo volumosa bagagem de experiências e de conhecimentos, a serviço da missão que recebeu.

O Dr. Waldemar Carneiro Pereira, na direção da Carteira de Câmbio, fora que a havia instituído, após ter dirigido órgão similar do Bank of London, no Banco Francês e Italiano e no Banco da América. Tem um acervo de mais de 32 anos de relevantes serviços no mundo bancário do Paraná.

O Dr. Ivo Meireles de Almeida se encontra à testa da Carteira de Crédito Rural, e é o homem certo no lugar certo. Engenheiro-agrônomo e Técnico em Administração, já exercera o cargo de Presidente da Café do Paraná, assim como o de Membro do Conselho Administrativo da antiga CODEPAR, transformada, hoje, no poderoso Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP). Além disso, assessorou, por duas ocasiões, a Presidência do IBC, como integrou a Comissão Consultiva de Política Agrária, do mesmo Instituto. E, por fim, participara do Grupo de Trabalho que elaborou o plano de ação do governo Jayme Canet, sob o título de "Objetivos e Metas de Desenvolvimento".

O Dr. Ricardo Machado Lima ocupava, em gestões anteriores, o cargo de Diretor da Carteira de Câmbio, e, agora, é o Superintendente do Banestado, e onde já está se fazendo sentir a sua ação vigorosa, nos mais variados setores da administração.

O Dr. José Carlos Campos Hidalgo está incumbido da Carteira de Recursos Humanos, e sua tarefa é assaz difícil e trabalhosa, por ser o direto responsável pelos resultados do desempenho de 5.492 servidores, distribuídos entre 192 agências no Paraná e em outros Estados. Empresário de longa vivência, com cursos de "Marketing Integrado", Gerência por Objetivos e Desenvolvimento Organizacional, Presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Paraná e Vice-Presidente da Federação das Indústrias de nosso Estado, está apto a emprestar decisiva colaboração à Administração Central através da Carteira que lhe foi confiada.

Como complemento, os Drs. Mário Álvaro Réa, Mário Vargas e Osmar Stuart se houvem, com a costumada proficiência, na chefia dos setores a eles entregues faz alguns anos. Constituam o que, na terminologia militar, se denominam de postos avançados entre o grande público e a Diretoria do estabelecimento.

Agora, uma referência toda especial ao Presidente.

O Dr. Celso da Costa Sabóia dedicou a sua existência ao Banestado, desde os cargos mais humildes que ocupou no início de sua carreira funcional. Por isso mesmo, o "métier" bancário não lhe guarda segredos nem surpresas. Conhece tudo em todos os níveis, e sua progressiva ascensão, merecida, porque à custa de trabalho e de sacrifícios, — se tornou tanto mais proveitosa para a organização que integra.

Estimado e admirado por suas virtudes pelo quadro de Pessoal da Casa, somos testemunha da calorosa torcida, em épocas de mudança na direção, em favor do Dr. Celso da Costa Sabóia. Queriam-no, os funcionários, nos cargos mais elevados, com poder decisório, para correção das eventuais distorções na estrutura e para aprimoramento dos serviços oferecidos ao público.

A sua passagem pela Superintendência se caracterizou por uma série de brilhantes iniciativas, que redundaram na alentadora expansão do "banco de todos nós" além-fronteiras do Paraná e que diversificaram, de maneira notável, as atividades até então exercidas, extrapolando do âmbito puramente mercantil, para tornar-se, cada agência, num órgão multivário de prestação de serviços.

Na Presidência do Banestado, — à qual, em boa hora, foi guindado pela justificada confiança do Governador Jayme Canet Júnior, — o Dr. Celso da Costa Sabóia vem imprimindo orientação renovadora e altamente salutar, apesar dos sérios óbices que a difícil conjuntura nacional está oferecendo.

Mas, entrosado na sábia linha política que o Ministro Mário Simonsen imprime, para fazer face aos fatores adversos na economia e nas finanças do Brasil, o Presidente do Banestado vem realizando, ainda assim, gestão profícua e de perfeita sintonia com os interesses da nossa comunidade.

Ninguém melhor, na situação atual, do que o Dr. Celso da Costa Sabóia para cumprir as diretivas do preclaro Ministro da Fazenda, dentro do espinhoso programa de saneamento das finanças nacionais. Constitui ele sólido ponto de apoio à ação, no mesmo sentido, do Governado Jayme Canet Júnior e do Secretário de Finanças, Sr. Jaime Prosdócimo.

Valioso documento fora elaborado, há tempos, tendo o Banco Central como destinatário, em que era acentuada a necessidade premente da cobertura de extensas faixas do Estado ainda a descoberto pelo Banestado, embora seja este oficial e com responsabilidade, conseqüentemente maior, no problema de atendimento das Classes Produtoras.

Sabemos que o Paraná possui 289 município, e 674 distritos. O Banestado cobre, por sua vez, cerca da metade dos muni-

cípios, e apenas 1 por cento dos distritos, quando muitos destes, por seu impressionante desenvolvimento econômico, estão em condições de emancipar-se, isto é, de se transformarem em outras prósperas comunas paranaenses.

Diz o documento retro-citado, e datado de janeiro de 1976: "Atualmente, a agência bancária vem representando, em todo o território brasileiro, um elevado papel no sentido econômico-social.

Ao seu redor, onde ontem somente giravam interesses financeiros, hoje gravita toda uma gama de interesses sociais, representados principalmente pelos múltiplos serviços que oferece.

Dessa realidade decorre o intermitente assédio sofrido pelas sedes dos estabelecimentos bancários, oriundo principalmente das autoridades municipais das regiões desassistidas por agências bancárias. Pleitear uma Agência de Banco para seu município, hoje em dia, é quase que um dever de qualquer dirigente público, porquanto é incomensurável o número de benefícios arrecados por uma unidade bancária.

A nossa condição de estabelecimento oficial de crédito do Estado do Paraná determina, como é natural, uma pressão ainda maior por parte dos municípios paranaenses, principalmente, onde um desenvolvimento maior passa a exigir de forma mais acentuada o concurso do respaldo sócio-econômico representado por um Banco."

No anexo I, que complementava o documento em questão, vamos ler:

"Na atualidade, os bancos comerciais passaram a representar um instrumento indispensável para a operacionalidade e desenvolvimento de qualquer comunidade do País.

Decorre da compreensão da importância desse papel a insistência com que todos os municípios e mesmo distritos de certo porte, solicitam às autoridades competentes e à direções dos bancos estatais ou particulares, a instalação de agências bancárias em suas sedes. Todos compreendem que estão distantes os tempos em que os bancos se limitavam a receber depósitos, efetuar descontos, promover cobranças e cumprir ordens de pagamento.

Hoje, além daquelas funções tradicionais, compete-lhes arrecadar tributos na qualidade de agentes financeiros dos governos federal, estadual e municipal; receber contribuições previdenciárias e pagar benefícios, tanto do INPS, como do FUNRURAL, do IPASE, dos diversos IPES, do PIS, do PASEP, do FGTS, e tantas outras instituições, cobrar contas de água, luz, telefones e carnês por meio dos quais empresas comerciais, industriais ou de serviços, agilizam suas vendas; captar incentivos fiscais e colocar papéis de renda ou ações, enfim, uma gama de serviços dos quais nenhuma comunidade de mediano porte pode prescindir sem prejuízo de seu desenvolvimento.

À falta de agências bancárias."

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos assistindo com a devida atenção V. Exa. ao alinhar as vantagens que esta autarquia bancária, citando o Banco do Estado do Paraná, tão bem representado pela Diretoria gabaritada que V. Exa. acabou de citar, e também sabendo, Sr. Deputado, da dificuldade muitas vezes de se abrir agências nos distritos e municípios de pequeno porte, em virtude de outras condições, as cartas patentes que o Banco Central fornece aos bancos, mesmo ao Banco do Estado ou outros bancos particulares. Talvez fosse esta a dificuldade que os bancos teriam em abrir agências em lugar pequeno, em distrito que muitas vezes iriam favorecer altamente, principalmente o pequeno lavrador. Porque o grande lavrador, o grande pecuarista, o grande industrial, sempre tem acesso fácil, como disse V. Exa.

Vejo no seu brilhante pronunciamento que V. Exa. está voltado para o pequeno agricultor, para o homem que puxa o rabicho do arado, que puxa a enxada de sol a sol, amainando

a terra, para juntos todos fazerem este grande Brasil, continuar no conserto das nações do mundo, com um país de progresso e principalmente, sócio-econômico.

Então, Deputado Jurandir Messias, queria apenas me parabenizar com V. Exa. pela sua luta dedicada em prol do lavrador, principalmente das pequenas comunas de nosso querido Paraná.

Muito obrigado e meus parabéns a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — A Presidência cumpre com muita tristeza o dever de informar o Sr. Deputado Jurandir Messias, que o seu tempo esgotou. E consulta a Liderança da ARENA se lhe confere os 15 minutos que regimentalmente lhe são dedicados, para que V. Exa. continue na tribuna.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — A Liderança da ARENA concede 15 minutos ao Deputado Jurandir Messias.

**O SR. PRESIDENTE** — V. Exa. terá, eminente Deputado, mais 15 minutos na tribuna.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — V. Exa. permite um aparte? **O SR. JURANDIR MESSIAS** — Eu, primeiro, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, quero agradecer um aparte do Deputado Gabriel Manoel.

Como dizia no início, o Deputado Gabriel Manoel, que nós precisávamos do apoio e da compreensão desta Casa, para este trabalho. Já notamos os primeiros Deputados a se manifestarem. Sendo V. Exa. o primeiro, eu quero ficar grato, imensamente, pela colaboração que me prestou.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — V. Exa. traz ao plenário desta Casa, um dos assuntos talvez, de maior importância para o interior do Estado do Paraná.

Deputados oriundos de diversas regiões do Estado do Paraná, que são os representantes do povo, os primeiros a perceber as dificuldades que existe no interior e especialmente a zona rural, para que os agricultores, os comerciantes, os profissionais liberais, tenham acesso com mais facilidade, às casas de crédito.

O objetivo do trabalho lúcido que V. Exa. apresenta nesta tarde, engrandece o seu mandato e engrandece esta Casa.

V. Exa. traz o problema e aponta uma solução, solicitando que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná interfira junto ao Banco Central para que autorize o Banco do Estado a abrir agências e sub-agências, especialmente nos locais mais necessitados de socorro bancário.

Meus parabéns, nobre Deputado Jurandir Messias, e meus parabéns à Casa Legislativa do Paraná que aponta uma solução que talvez servirá de exemplo para todo o Brasil.

**O SR. JURANDIR MESSIAS** — Agradeço ao eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira que também vem colaborar com o nosso trabalho, demonstrando que conhece todo o problema de nossa gente do Interior, principalmente do agricultor, dos menos favorecidos, aquele agricultor que, muitas vezes, não tem condições de deixar seus afazeres para procurar uma agência bancária numa cidade mais próxima. Porque, com isso, ele estará fazendo despesas. E quando consegue aquele financiamento já gastou grande parte em viagens, comida, hotel.

Fico imensamente agradecido a V. Exa., Deputado Luiz Alberto Oliveira.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jurandir Messias, estou acompanhando com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., de grande importância, onde faz destaque do relevante serviço prestado pelo Banco do Estado do Paraná em prol de nosso desenvolvimento estadual. Reconhecemos o trabalho prestado pelo eminente Presidente do Banco do Estado, Dr. Celso Sabóia, fazendo com que esse banco instale agências em todos os municípios do Paraná.

Temos também conhecimento do trabalho elaborado pelo Presidente Celso Sabóia no sentido de se instalar sub-agências nas sedes de distritos. Isso é uma necessidade, porque muitos

distritos têm tanta capacidade quanto sedes de municípios.

E isso viria dar mais tranquilidade ao nosso agricultor.

O que se precisa é que o Banco Central tenha uma melhor fiscalização nesse sentido, porque grande parte de nossa economia é deslocada do Interior para os grandes centros.

Sabemos que os bancos particulares, na arrecadação de seus depósitos em cada município, enviam cerca de 80 por cento para os grandes centros.

Então, seria bom que o Banco Central olhasse com mais cuidado, com mais carinho, para esse fato, dando condições para que os bancos de cada Estado pudessem instalar, em cada município, uma agência, proporcionando assim uma melhor aplicação de recursos nos próprios municípios.

Não vejo nenhum prejuízo na criação de sub-agência nas sedes dos distritos.

O prejuízo que vemos é a saída dos recursos dos municípios interioranos para os grandes municípios.

E vemos, com tristeza, as dificuldades porque passa grande parte da população por falta de recursos.

Estamos notando bancos particulares cobrando juros vultosos para aplicarem nos grandes centros.

Isso é uma descapitalização para os municípios do Interior.

Era isso que o Banco Central deveria olhar com cuidado.

Reconhecemos a luta do Presidente Celso Saboia nesse sentido, para que os municípios tenham melhores condições de financiamento, de aplicação de capital, a luta para conseguir instalação de mais agências no Interior.

Cumprimento V. Exa. pelo brilhante pronunciamento que faz.

E é possível que todos levantemos nossa voz, dando nosso integral apoio a esse trabalho de V. Exa. para que possam os municípios serem melhor atendidos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gilberto Carvalho.

V. Exa., nobre Deputado, há alguns meses atrás, fez um pronunciamento nesta Casa referente à criação de sub-agência ou agências, os postos de serviço mesmo, inscritos.

Então, eu quero transferir a V. Exa. eminente Deputado Gilberto Carvalho, como sendo o pioneiro deste trabalho que hoje nós pretendemos humildemente também, colaborar com V. Exa.

Porque V. Exa. é um Deputado quase que do Interior, que tem seus municípios-base no Interior e que portanto conhece o problema, conhece o assunto, já abordou o problema nesta Casa e hoje vem colaborar conosco não esquecendo, mas não querendo trazer aqui no seu aparte que foi de vossa iniciativa este trabalho.

Portanto, eu quero, Deputado Gilberto Carvalho, deixar bem claro que foi V. Exa. o pioneiro desse trabalho.

O SR. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, agradeço a referência de V. Exa. mas este mérito nós somamos juntos, para que sejam beneficiados estes municípios que clamam por este atendimento.

Eu agradeço a gentileza de V. Exa.

O SR. JURANDIR MESSIAS — — “A falta de agências bancárias, reduzem-se as possibilidades de progresso das localidades não assistidas, obrigando à emigração parcelas crescentes de sua população, uma das causas determinantes da exagerada concentração nas indesejáveis megalópolis.”

O Anexo 1, em análise, fere, a seguir, problema crucial:

Por sua vez, Distritos de boa vitalidade lutam desesperadamente por emancipar-se de sua sede, único caminho possível para a obtenção de “sua agência pioneira”, contrariando os objetivos declarados do Governo Federal, que não deseja a proliferação de municípios a fim de evitar a pulverização territorial e de verbas.

Muitas destas comunidades, no entanto, não possuem,

tanto do ponto de vista do Banco Central do Brasil, como das próprias direções dos bancos comerciais, a vitalidade econômica necessária para suportar uma agência bancária completa, porém comportariam uma sub-agência, caso tal tipo de unidade fosse admitida pelas Autoridades Monetárias.

Diante desta realidade, vimos oferecer ao estudo desse Banco Central, uma fórmula que nos parece ter a virtude de ir ao encontro das necessidades das populações dos Municípios menores, bem como dos distritos de boa vitalidade, dando-lhes chances de desenvolvimento, sem concorrer para uma indesejada proliferação de agências bancárias deficitárias.

Qual, pois, a essa altura, a fórmula sugerida pela Direção do Banestado?

Ei-la na sua simplicidade e na sua viabilidade por inteiro:

Trata-se de admitirem as Autoridades Monetárias a implantação nas sedes de pequenos municípios, ou de seus Distritos, a título precário, de sub-agências vinculadas à agência do mesmo estabelecimento da sede do município no caso de unidade em Distrito ou na sede do Município mais próximo.

As sub-agências instaladas da forma proposta no item anterior, competiria prestar todos os serviços bancários, porém, no que toca à concessão de empréstimos, ser-lhes-ia permitido, apenas, operar em “crédito rural”, no qual “seriam obrigadas a aplicar no Município ou Distrito onde estariam instaladas a totalidade de seus depósitos”.

Utilizando-se para isso não só destes recursos, como de parte dos repasses usualmente obtidos das instituições oficiais, financeiras ou não.

Dissemos atrás que a instalação seria a permitida “a título precário”, porquanto poderia ser estabelecido que as unidades teria, de alcançar num prazo máximo de dois anos contados de sua instalação, um determinado nível de depósitos - como, por exemplo, o equivalente a 10.000 UPCS, encerrando-se as atividades daquelas que não o atingissem.

“Em contrapartida, fixar-se-ia, também, um outro nível de depósitos que, se atingido, e mantido por prazo não inferior a outros dois anos, dariam condições a que a sub-agência recebesse a patente de agência.

Ao concluir a exposição de sua oportuna fórmula, a Direção do Banestado demonstra a existência de condições para sua implantação.

“O Banco Central já admite a instalação de “postos de serviço”, vinculados a agências da mesma ou de outra localidade; em última análise, “tais postos não são mais do que sub-agências de uso privativo de determinadas empresas ou entidades públicas.

“Parece-nos, pois, “não haver inconveniente na instalação de sub-agências” que passassem a ser “postos de serviços de toda uma comunidade”, de destinação que, “data vênica”, considera ainda a obrigatoriedade que propomos da aplicação da totalidade dos depósitos captados em crédito rural, viria transformá-las em legítimos e eficazes instrumentos de desenvolvimento de grandes áreas do Interior do País”.

Podemos reforçar a sugestão com argumentos novos e contundentes, que interessam, de perto, ao próprio Governo Federal.

Tomemos, para exemplificar, um Distrito qualquer situado, hipoteticamente, a 30 quilômetros da sede do Município onde há uma agência bancária:

O morador do Distrito, geralmente agricultor, ou criador — mais raramente industrial — tem de abandonar seus afazeres, e ir à cidade a fim de pagar os tributos devidos, ou mesmo, descontar um simples cheque.

Trata-se de um dia perdido de labor profícuo, sem se contar o consumo forçado, e perfeitamente evitável, de gasolina.

O problema se agrava, porém, quando se trata da solicitação de um financiamento na Carteira de Crédito Rural.



Não sabemos porque, a agência dificilmente informa ao solicitante qual o conjunto de documentos a reunir, para atendimento de seu pedido.

A cada documento juntado, é exigido outro, e mais outro, cada qual de per si, em dias diferentes, e, depois, formado o processo, com vistoria e tudo, o postulante é convidado a comparecer, em datas também diversas, para tomar conhecimento das decisões, que nem sempre são, da alçada da agência bancária local, e sim, das agências regionais, o que, não raro, o obriga a viajar, por mais de uma vez, à cidade onde se sedia a agência regional.

O número de dias perdidos e o número de viagens feitas com gasto inútil de combustível — no momento em que o País se esforça em combater o desperdício e em forçar economia do mesmo — precisariam ser acrescidos ao custo operacional do financiamento que seja, por fim, aprovado.

Os dias representaram queda no Produto Nacional Bruto, que, somado aos prejuízos na produção de tantos outros solicitantes, eleva, para o País, os índices de improdutividade, com reflexos diretos em nossa balança comercial.

Por outro lado, o consumo de gasolina, nas tantas viagens de ida-e-volta realizadas, representa a queima de algumas centenas de dólares, por indivíduo.

Em um ano, com visitas ao banco, na sede municipal, em quase todos os dias úteis, poderemos estimar, sem erro, que um cliente da agência gasta vários milhares de dólares só em combustível.

Multipliquem-se esses milhares de dólares, gastos por um cliente, aos outros tantos milhares de dólares dos outros tantos clientes do mesmo Distrito, e veremos como a instalação de uma sub-agência bancária se constituiria num tampão ao desnecessário e impatriótico desperdício de divisas.

Ademais, a sub-agência distrital iria beneficiar tantos outros comerciantes, pequenos produtores e a população em geral, que aprenderiam a servirem-se do estabelecimento, para o atendimento de suas obrigações fiscais, ao mesmo tempo que aprenderiam a ver no mesmo o fiel e seguro depositário de suas economias, seja em conta-corrente, seja a prazo fixo.

x x x x x x x x x

Estabelecidas as bases de sobrevivência, a expostas as inúmeras e reais vantagens para as comunidades interioranas quanto à implantação das sub-agências bancárias propostas, não há por onde possam negar as Autoridades Monetárias a competente licença para o funcionamento delas.

Sabemos que, neste exato momento, medidas de forte repressão estão sendo impostas, com o objetivo de combate à inflação.

Mas, segundo continuadas declarações dos próprios responsáveis pelas medidas, trata-se de fenômeno temporário a existir durante curto período, até enquanto a situação não volte à normalidade.

Apesar da conjuntura, o assunto focalizado não deve cair no esquecimento, muito menos na negativa pura e simples.

Pensem, as Autoridades Monetárias, nos desperdícios de tempo e de combustíveis, com a inevitável queda na produção, se persistir o atual regime de deslocamento, quase diário, de agricultores, pecuaristas, comerciantes e industriais às sedes das agências bancárias, às vezes tão somente para cuidar de problema de somenos.

Pensem, as Autoridades Monetárias, na contribuição que dariam à política do Governo Federal de redução nos gastos do petróleo e economizar as divisas com que o pagamos no Exterior.

Além de tudo, haveria um alívio nas agências pela diminuição do número de postulantes, o qual ficaria distribuído, mais racional e mais proveitosamente, entre as sub-agências instaladas.

Deixaria de haver o acúmulo diário de pessoas junto aos

balcões e aos guichês, a reclamarem a demora e o defeituoso atendimento.

Os próprios serviços de cada estabelecimento marchariam com maior ordem e segurança, em benefício dos Poderes Públicos e das comunidades dele dependentes.

Fazemos um apelo a esta Casa no sentido de que se una em torno do objetivo ora determinado, pois não há representante do povo que não enfrente e que não sinta o mesmo agudo problema exposto, em suas respectivas áreas de influência.

Requeremos à Mesa que, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, envie ofício, acompanhado deste despretencioso trabalho, solicitando o apressamento do estudo e a solução favorável ao explêndido memorial, de autoria do Sr. Celso da Costa Saboia, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. e remetido, em 1976, ao Banco Central do Brasil.

No intuito de melhor informar todas as Autoridades Monetárias a esse respeito, requeremos o ofício solicitado seja remetido:

- ao Exmo. Sr. Presidente da República;
- ao Exmo Sr. Ministro da Fazenda;
- ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, no Palácio Alvorada;
- Ao Conselho Monetário Nacional, via Ministério da Fazenda;
- ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Central;
- ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil.
- ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.

Ao mesmo tempo, com o objetivo de informá-los e deles solicitar o valioso apoio junto às autoridades federais, para tão justa causa, alvitramos, ainda, a remessa deste nosso trabalho ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior e ao Exmo. Sr. Jayme Prosdócimo, Secretário de Finanças do Estado.

Estamos certos de que, esclarecidos convenientemente aqueles que têm o poder decisório na matéria, não haveria dúvida quanto à autorização para a implantação de sub-agências bancárias nos Municípios e nos Distritos aonde elas se façam necessárias e garantam rentabilidade compensadora.

Iremos lutar, de nossa parte, com todas as forças, no sentido de que a meta seja colimada, porque, antes de tudo, visamos o bem da Pátria e o bem da coletividade a que servimos. O SR. LINEU TURRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu o faria com muito prazer, nobre Deputado, porém o meu tempo está quase esgotado, porém, com o consentimento da Mesa o aparte lhe será concedido.

(Assentimento da Mesa).

O SR. LINEU TURRA — Nobre Deputado Jurandir Messias, nós estamos acompanhando com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. e constatamos que de fato V. Exa. traz à tribuna, matéria muito interessante, referente à proliferação de agências do Banco do Estado do Paraná, agências, e sub-agências.

Eu teria a acrescentar ao pronunciamento de V. Exa., que não seria apenas do Banco do Estado, mas, de todos os estabelecimento de crédito que existem no nosso Estado.

Seria uma sugestão a ser apresentada ao Banco Central, eis que, não sei se V. Exa. encampa, ou, acolhe a tese da estatização do crédito.

Porque nos termos em que está colocado o pronunciamento de V. Exa., eu até estou a entender que V. Exa., com a proliferação de agências oficiais, está pretendendo que haja uma predominância do crédito oficial.

Isso, aliás, já vem sendo criticado pelas empresas privadas pelos bancos particulares.

Nós, ainda há poucos dias, lemos uma entrevista do



Banco Itaú, em que ele censurou o comportamento do Governo, quando concentra dinheiro no Banco do Brasil, e retirando condições aos bancos particulares para participarem da vida econômica do País.

Nessas condições, eu vejo no pronunciamento de V. Exa., e até acredito que pelos bancos particulares, e pela Federação das Indústrias, não será bem recebido.

Portanto, eu acharia que deveria ser acrescentado para o Banco Central, como sugestão, essa proliferação de agências também particulares e não somente do Banco Oficial, no caso o Banco do Estado do Paraná.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do eminente

Deputado Lineu Turra, mas, Deputado, nós aqui especificamos o Banestado justamente por ser um banco oficial e também por ser o banco que, no momento, entendemos, é que vem dando o melhor atendimento e acolhida à nossa gente do Interior.

Porque o Banco particular — e não vamos citar nomes de bancos, só citamos o Banco do Estado — ele só se instala, Sr. Deputado, quando ele vê naquele município, meios de rentabilidade.

É o caso contrário do Banestado. Nós temos municípios que jamais teriam uma agência de qualquer banco particular, mas lá está a agência do Banco do Estado, do banco oficial, mesmo com prejuízo.

Eu poderia trazer a V. Exa., sem me cobrar nada, dados oficiais de agências do Banestado, tendo prejuízos, mas lá está servindo o pequeno e o médio agricultor, pelo menos.

É o que não acontece com os bancos particulares. Os bancos particulares só se instalam onde vêem vantagens.

Então é porisso que nós citamos o banco oficial, o Banco do Estado, o próprio Banco do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado de São Paulo.

Então nós pretendemos não discriminar aqui o nome do Banco ou Casa de crédito, desde que sejamos compreendidos pelo Ministro, que sejamos compreendidos pelo Banco Central, pelo Banco do Brasil, e que se autorize patentes para agências de distritos, de cidades, isto é indiferente para nós, porque temos certeza que, se amanhã se instalar uma agência num distrito ou município que V. Exa. seja representante nesta Casa, tenho certeza que V. Exa. será o primeiro a levantar a sua voz em defesa daqueles agricultores que estão sendo massacrados muitas vezes, pelos juros exorbitantes de muitos bancos.

Então, tenho certeza que V. Exa. também vai colaborar, e continuar colaborando com o nosso ponto de vista.

Muito obrigado Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita das notas taquigráficas que atenda a solicitação do eminente Deputado Jurandir Messias e fará chegar às mãos da Chefia da Divisão, o pronunciamento por inteiro.

Solicito do Sr. Deputado Líder do MDB, se deseja ocupar o espaço que lhe é conferido, concedendo-lhe a palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o horário da Liderança pertence, hoje, ao eminente Deputado Lúcio Machado, que, também, nos cede alguns instantes para que, em nome da Liderança do MDB, tenhamos oportunidade de propor uma atitude à Casa.

Não me estenderei, Sr. Presidente, para não gastar tempo e, mesmo porque, o requerimento explicita bem a questão e, deve estar, inclusive, informada toda a Casa através dos noticiários que a imprensa tem fornecido. (Lê):

“Senhor Presidente.

Um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos de ensino oficial do Estado — o Instituto de Educação do Paraná — preparador de centenas e centenas de jovens, celeiro de inteligências e vocações que, através dos tempos, ao lado de honrarem aquele Educandário tanto tem dignificado a nossa terra, ao se

permitir, há alguns dias, atitudes inexplicáveis, passou a ser foco gerador da intranquilidade que se irradia e se alastra no meio estudantil e na própria sociedade.

É de conhecimento público que, na última semana, ou mais propriamente, coincidindo com o reinício do período escolar, neste início de mês, a Direção do Instituto de Educação do Paraná, não bem definindo, entendeu de “transferir”, ou “expulsar”, ou “demitir”, ou “desligar” — em uma rotulação que tem envolvido uma série de vocábulos — um considerável grupo de alunos ali matriculados, cujo número real não é definitivamente confirmado.

Pouco explicada, a atitude, adotada a título de “desajuste pedagógico” ou de “inadaptação ao sistema do colégio” — o que, em verdade quase nada explicita gerou, como era natural, a revolta e a indignação dos alunos e de seus familiares.

Evidentemente, a questão não ficou restrita aos atingidos, passando a preocupar toda a comunidade escolar daquela Casa de Ensino e, até mesmo, extrapolando os seus limites para, preocupar todo o meio estudantil e educacionais de Curitiba e do Estado e intranquilizar nossa Sociedade.

O assunto não foi e não está equacionado.

E na medida em que se torna abrangente e passa, talvez, a ganhar cores de arbítrio e de injustiça, deve, por imposição de consciência e de dever, exigir a atuação e o cuidado deste Legislativo.

A interferência da Secretaria de Educação e Cultura, diante das proporções que o fato assumiu, — e se afirma até que por imposição do Ministério da Educação e da Cultura — faz com que, segundo hoje informa a imprensa, a Direção do Instituto de Educação revise a posição anterior, voltando atrás em sua decisão original para, amenizar alguns casos.

As normas e os regulamentos que regem a vida do educando no seu estabelecimento devem, em favor da indispensável disciplina, ser atendidas. Em contrapartida, a hierarquia responsável pelo comando educacional deve, também e necessariamente pautar a sua ação pedagogicamente voltada à harmonia e ao bom relacionamento com a comunidade que lhe compete dirigir e orientar.

Não nos cabe, como preliminar, inquirir tais atos como frutos da injustiça, de arbítrio e de ilegalidade, como também, pelos contornos que apresenta, não nos pode caber o silêncio, a omissão, e obscura.

Cabe-nos sim, e necessária e urgentemente, esclarecer o episódio e posicionarmo-nos adiante dele, pelo fato em si, pelo que envolve, pela repercussão, pela apreensão, e pelo que não foi e nem está elucidado.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvida a Casa, a constituição de uma Comissão Especial, integrada por três membros a serem imediatamente indicados pelas respectivas lideranças, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, colher junto às autoridades educacionais e, em especial, ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura, as informações capazes de elucidar os fatos verificados no Instituto de Educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1977.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O horário restante, Sr. Presidente, pertence ao eminente Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no horário reservado ao MDB, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A revolta do discípulo chegou mais depressa do que a ira do feiticeiro. Nós queremos justificar desta tribuna, ao ilustre Deputado Erondy Silvério e autorizá-lo, a partir deste momento, a recorrer os Anais da Casa e provar se algum dia usamos desta tribuna para elogiar o seu amo, o Sr. Paulo Pimentel.

O que fizemos muitas vezes e continuamos fazendo,

porque é nossa posição parlamentar criticar os erros do atual Governo.

E para o seu programa, para o seu amo, o ex-Governador Paulo Pimentel, tanto servia que o elogiasses como servia que criticasses o Governador Jayme Canet.

Por este motivo eu fui assunto de seu programa de televisão por algumas vezes.

Mas quero ainda deixar claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, covarde não fui, covarde jamais serei.

E provo de que estou no exercício do terceiro mandato, sempre pela Oposição e sempre entrando pela porta da sala.

Nunca fui Suplente a assumir.

Por isso assumo as minhas responsabilidades como cidadão; assumo as minhas responsabilidades como homem público e respondo pela minha palavra, pelas minhas ações.

Fui Vereador pelo então Partido Trabalhista Brasileiro de minha cidade e na Câmara Municipal ocupei todos os cargos, deste Presidente da Comissão de Justiça, 1.º Secretário e posteriormente Presidente do Legislativo.

Em 1963, ao prenúncio de uma Revolução que derrubaria os Partidos e que cairia de repente e com toda a força, o Partido que eu integrava e que era o PTB, me elegia Prefeito de Santo Antônio da Platina, onde assumi os riscos de todas as perseguições, tendo sido levado até às barras do Tribunal Militar pela infâmia do poder.

Como réu da Justiça Militar respondi de cabeça erguida, mas fiquei cinco anos sem abandonar o meu Partido, sem abandonar a minha decisão democrática, sem afastar do meu sentimento democrático e de civismo.

Não sou covarde.

Portanto, devolvi-lhe a palavra, devolvi-lhe o perjúrio.

E é bom ainda que se diga, Sr. Presidente, que prova da pouca capacidade política e do quase nada discernimento do ilustre Deputado Erondy Silvério, que está caracterizado em sua última eleição, onde seus Pares afirmam que milhões foram gostos em torno de sua campanha.

Um mandato de Deputado ostentado por quatro anos e não conseguiu retornar a este Poder e ocupar uma cadeira, e sim alcançou uma Suplência como se fosse uma espécie de compensação ao desperdício de numerário feito numa campanha rica e poderosa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu pediria a V.

Exa. que o nobre orador tomasse mais um pouco de cuidado ao atacar um ilustre Deputado combativo.

Não se pode atacar os Pares do eminente Deputado Erondy Silvério.

Porque Sr. Presidente, problema político Sr. Presidente de ser eleito ou não ser eleito, não pode ser confundido aqui nesta Assembléia, por homens que querem fazer demagogia, procurando tripudiar sobre um homem honrado do gabarito do Deputado...

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. é malcriado acima de tudo.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. não tem o mínimo respeito para com seus companheiros, e mesmo para com o Governador Paulo Pimentel, que o ajudou na época em que V. Exa. mais precisava.

O SR. LÚCIO MACHADO — Ajudou-me a colocar no calvário, como V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Devolvo a palavra ao Deputado que se encontra na tribuna, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Falava ainda, na infelicidade de seu pronunciamento, o nobre Deputado Erondy Silvério;

Que persequimos funcionários deste Poder. Esta Casa, é testemunho, testemunho é os Srs. Deputados, testemunho é a Presidência, testemunho é os funcionários desta Casa, que

denunciei e voltarei a denunciar, os corruptos funcionários fantasmas que aqui ainda estão; usurpando-se da economia do povo, e não são poucos.

E a denúncia fiz, em defesa dos funcionários honrados, de funcionários dignos, de funcionários que cumprem os seus deveres.

Eu sempre primei, nobre Deputado, pela verdade e pela justiça.

Eu acho que é isso, entendo que é por isso que permaneça na Oposição, porque fui muitas vezes convidado para integrar a situação política deste Estado.

Covarde eu poderia dizer e não digo, por respeito à pessoa humana, seria o Sr. Paulo Pimentel, que ontem atacava e desdobrava os ataques ao atual poder de governo, principalmente, através do seu programa, que eu ouvi e era assíduo ouvinte, porque eu admirava até aquela oportunidade. Eu poderia chamar por este nome; entretanto, não o chamo porque a pessoa humana deve ser respeitada na sua integridade física, social e nunca ser atacada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — (Faz soar os tímpanos)

Eu advirto ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado, e lhe concedo mais um minuto para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pelo tempo que estou na tribuna eu tenho ainda três minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem mais um minuto para encerrar.

O SR. LÚCIO MACHADO — A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade incontestável, o interesse particular da pessoa humana, que está no poder tem sobrepujado, sobre o interesse comum do povo; sobre a sua própria soberania nestes últimos 13 anos.

Eu permaneço no meu banco democrático de contestação aos erros e às falsidades, e não admito de quem quer que seja, a palavra covarde.

Covarde não sou, como chefe de família; covarde não sou como cidadão, muito menos covarde, não sou como homem público.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Dado a deselegância do orador que nos precedeu na tribuna, Deputado Lúcio Machado, negando-se a conceder um aparte que é regimental, a fim de que eu pudesse apenas dizer-lhe que amo não tenho, patrão também não tenho. Sou homem de atuação política independente.

Prova o requerimento que hoje enderecei à consideração desta Casa e que será apreciado daqui há poucos instantes. Que apesar de pertencer a um partido do Governo nesta Casa, de um Governo que vem realizando uma grande obra administrativa, para despeito de homens de espírito rasteiro e covarde como o Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Serve para V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. é covarde porque investiu contra funcionários humildes.

V. Exa. tem sido um incoerente nesta Casa.

V. Exa. que fala em humanidade foi desumano.

Porque eu não acho, nenhum desdouro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser suplente. Perder uma eleição. Perder uma eleição com dignidade, como eu perdi. Respeito como respeitei na oportunidade, o veredito das urnas.

A vontade soberana do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Deputado Erondy Silvério, V. Exa. poderá se inscrever em explicações pessoais.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu respeito a decisão de V. Exa. mas V. Exa. me concedeu a palavra pela ordem, porque o Deputado Lúcio Machado, covardemente negou-se a me conceder um aparte.

Para dizer-lhe que entendo que se ele tem diferenças

peçoais com o Sr. Paulo Pimentel, que vá tirá-las. E que eu não estou aqui nesta Casa em função do Sr. Paulo Pimentel, mas de um mandato popular, tão legítimo quanto o seu. E de hoje em diante, V. Exa. não vai mais usar a demagogia rasteira nesta Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Demagogia de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos.)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. para mim continua sendo um covarde. Covarde como homem e covarde como parlamentar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 77/76, de autoria do Deputado VALTER PIETRANGELO, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os Municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., e Favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 119/76, de autoria do Deputado QUELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo a revestir a estrada que liga os Municípios de GUARACI, SANTA FÉ, FLÓRIDA, ATALAIA e NOVA ESPERANÇA. Pareceres da C.C.J., como sugestão ao Poder Executivo, Contrário da C.F. e Favorável da C.O.P.T.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que a votação deveria ser de modo inverso.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) O projeto tem pareceres favoráveis e contrários das diversas Comissões. Em 1.a discussão foi procedido de forma solicitada por V. Exa. Mas, atenderei ao pedido de V. Exa.

Em votação. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão. (Pausa) Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a leitura da súmula do projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência defere e procederá a leitura. (Lê súmula do projeto).

O SR. ENÉAS FÁRIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, preocupe-me, ontem, quando da 1.a discussão com esse projeto. Pesquisei e informo que o projeto de lei ordinária do eminente Deputado Quêlse Crisóstomo da Silva, evidentemente, preocupado com aquela região, merece o atendimento de todos os Srs. Deputados.

A pesquisa que fiz revelou a existência, na Lei Orçamentária em curso, dotação específica para atender, exatamente, o que pode por lei ordinária, esse projeto de lei.

Não sei como proceder: se à luz da Lei Maior, já aprovada da tramitação a esse projeto; ou se esta Casa poderia “chover no molhado”, aprovando uma lei ordinária (em cima de uma lei orçamentária que já previu essa dotação).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Devo lembrar ao Deputado Enéas Faria, que o Plenário é soberano, e o que ele decidir a Presidência acatará.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa) — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 97/76, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor ERNANI SIMAS ALVES. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 97/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito ao Professor Ernani Simas Alves.

Art. 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Realçar as qualidades morais e intelectuais do ilustre Professor Ernani Simas Alves, é tarefa, sem dúvida, das mais fáceis.

Reconhecer-lhe os méritos incontáveis mercê da sua incansável atuação na vida pública é uma imposição de justiça.

Seu longo e invejável Curriculum Vitae, que nos permitimos transcrever por inteiro, vem a seguir:

01 — Nascido em Curitiba, estado do Paraná, a 16 de fevereiro de 1914.

02 — Filho de Manoel Claro Alves e Elia Simas Alves.

#### PREPARAÇÃO EDUCACIONAL

03 — Fez seus estudos primários nos Grupos Escolares Francisco Xavier da Silva e Anexo à Escola Normal de Curitiba.

04 — Fez o primeiro Curso Intermediário criado no Paraná no Grupo Anexo à Escola Normal de Curitiba.

05 — Iniciou o Curso Secundário no Ginásio Paranaense e completou-o no Liceu Rio Branco, onde bacharelou-se em Ciências e Letras, em 1932.

06 — Em 1933, prestou exame vestibular na Faculdade de Medicina do Paraná, sendo aprovado, ingressando na Escola no mesmo ano, onde fez o Curso sem interrupção e nem reprovação, obtendo o segundo lugar em notas, durante todo o Curso em todas as matérias, entre 108 alunos.

07 — Ainda estudante, foi nomeado pelo Professor de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, interno, Auxiliar do Professor Catedrático da Disciplina.

08 — Em 1937, prestou concurso para Acadêmico do Posto de Assistência Pública (Pronto Socorro da Cidade), tendo sido classificado em primeiro lugar, pela Comissão Julgadora.

09 — Nomeado pelo Interventor Federal do Estado, em 1938, para exercer o cargo de Acadêmico do Posto de Assistência Pública. Exerceu até graduar-se com assiduidade.

10 — Concluiu o Curso Médico em 1938.

11 — Em 1939 realizou, em São Paulo, Curso de Especialização e Extensão, frequentando os Serviços dos Professores Benedito Montenegro, Alípio Correa Neto e Eurico Branco Ribeiro.

12 — Em 1940, retornou a Curitiba. Foi sócio fundador do Centro Médico do Hospital “Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” e eleito primeiro Secretário do citado centro.

13 — Durante vários anos foi Secretário da Revista Médica do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, na qual



publicou trabalhos conforme será relatado adiante.

- 14- Em 1943, ingressou no Serviço Público, nomeado interinamente para o Cargo de Médico Legista do Departamento Médico Legal do Estado do Paraná. Em 1944, mediante concurso de títulos, efetivou-se como Médico Legista do Quadro de funcionários do Serviço Público Estadual.
- 15- Em 1943, fez Curso de Cirurgia de Guerra e Estágio, sendo em consequência, nomeado pelo Presidente da República, Segundo Tenente Médico da Reserva de 2a. Classe do Exército Nacional.
- 16- Em 1945, fez Concurso de Títulos e Provas para a Docência Livre da Cátedra de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Paraná, sendo aprovado com distinção pela Banca Examinadora.
- 17- Em 1947, fez parte do Grupo Fundador da Liga Paranaense de Combate ao Câncer e foi eleito Primeiro Secretário da Entidade.
- 18- Estagiou no Instituto Oscar Freire da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, durante os anos de 1948 a 1951.
- 19- Como Professor - Docente Livre, lecionou e participou de inúmeras Bancas Examinadoras das Cadeiras da Clínica Cirúrgica, Técnica Operatória, Ortopedia e Clínica Urológica.
- 20- Fez parte da Banca Examinadora das Teses de Doutorado - Feridas do Coração da Cadeira de Técnica Operatória e Neuroses da Cadeira de Psiquiatria.
- 21- Em 1950, fez Concurso para a Docência Livre da Cadeira de Medicina Legal da Universidade Federal do Paraná, sendo aprovado (Concurso de Títulos, Provas e defesa de Tese).
- 22- Em 1951, foi nomeado Professor Catedrático Interino de Medicina Legal.
- 23- Em 1952, fez Concurso de Títulos e Provas para a Cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, enfrentando concorrente, classificando-se em 1o. lugar. Em consequência, foi nomeado pelo Presidente da República, Professor Catedrático da disciplina de Medicina Legal, da Faculdade de Medicina da UFP.
- 24- Desde 1944, dedica-se ao Magistério Superior, onde desempenhou as funções de Assistente de Ensino Superior, Docente Livre e Professor Catedrático, hoje titular.
- 25- Durante os trinta e um anos que se dedica ao Ensino, além de ministrar aulas, proferiu grande número de palestras, conferências, deu Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento, e freqüentou Congressos, nos quais sempre apresentou trabalhos, desempenhou funções de Presidente da Mesa, ou foi Relator de Temas Oficiais, bem como compareceu a simpósios, colóquios, diálogos e fez viagens de estudos a vários países, conforme será relatado adiante.

#### TÍTULOS UNIVERSITÁRIOS

- 26- Docente Livre de Clínica Cirúrgica por Concurso em 1945 Faculdade de Medicina do Paraná.
- 27- Docente Livre de Medicina Legal por Concurso em 1950, na Faculdade de Medicina da UFP.
- 28- Professor Catedrático (hoje Titular) de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná por concurso realizado em 1952.
- 29- Ex-Diretor Geral do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da UFP - Período 1965 a 1967.
- 30- Vice-Diretor da Faculdade de Medicina da UFP.
- 31- Chefe do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFP.
- 32- Coordenador da Disciplina - Estudos e Problemas Brasileiros da Faculdade de Medicina da UFP.

#### TÍTULOS OUTROS

- 33- Diretor do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná

de 1951 a 1975.

- 34- Ex-Presidente da Associação Médica do Paraná - Período 1956 a 1957.
- 35- Ex-Secretário Geral do Conselho Regional de Medicina do Paraná.
- 36- Ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina - Secção do Paraná.
- 37- Fundador e atual Diretor do Hospital - Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná.
- 38- Fundador e ex-Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia.
- 39- Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal - Período 1969 a 1971.
- 40- Sócio Fundador da Liga Paranaense de Combate ao Câncer.
- 41- Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.
- 42- Ex-Membro da Comissão de Entorpecentes da Sec. de Saúde Pública.

#### PRÊMIOS

- 43- Medalha de Prata - Oscar Freire, concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, durante as comemorações do cinquentenário da Cátedra de Oscar Freire, pelos relevantes serviços prestados à Medicina Legal do Brasil.
- 44- Medalha de Ouro do 2o. Congresso de Medicina Legal, realizado em Petrópolis em 1968, pela relevante contribuição no progresso da Medicina Legal Brasileira.
- 45- Medalha de Prata pela Conferência pronunciada no Curso de Criminologia e Medicina Legal realizado em Londrina em 1969.

#### VIAGENS DE ESTUDOS

- 46- À Europa em 1960 - 1966 - 1967 - 1968 - 1971.  
Visitou os seguintes países: Itália, Áustria, Suíça, Alemanha, França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Holanda, Espanha, Portugal e Grécia.
- 47- Aos Estados Unidos em 1962 e 1972.
- 48- Visitou os seguintes Institutos Médicos Legais no Programa do Ponto IV de Intercâmbio Cultural:
  - a) New York;
  - b) Washington;
  - c) Cleveland - Estado de Ohio;
  - d) Chicago - Estado de Illinois;
  - e) Baltimore;
  - f) Philadelphia;
  - g) Miami City - Flórida;
  - h) San Francisco - Califórnia;
  - i) Los Angeles - Califórnia.
- 49- Diálogo sobre População em Boca Raton - Flórida, Estados Unidos.  
Convidado pela Population Reference Bureau, sede em Washington e Thinker Foundation, julho de 1972.
- 50- Viagem ao México onde visitou o I.M.L., da cidade do México.
- 51- Visitou os Institutos Médico-Legais dos seguintes países:  
Itália - Roma e Florença  
França - Paris  
Espanha - Madrid  
Portugal - Lisboa  
Inglaterra - Londres  
Áustria - Viena  
Grécia - Atenas  
Suíça - Genebra
- 52- Visitou os Institutos de Medicina Legal dos seguintes países Sul Americanos:  
Buenos Ayres - Argentina  
Montevideo - Uruguai  
Santiago - Chile  
Assuncion - Paraguai
- 53- Compareceu aos seguintes Congressos de Medicina Legal



- no Brasil:  
 Salvador – Bahia – 1958.  
 Porto Alegre – RS – 1964  
 Petrópolis – Est. do Rio – 1968  
 Belém – Pará – 1971  
 São Paulo – SP – 1974
- 54– Organizou e presidiu o 2.º Congresso Brasileiro de Medicina Legal realizado em Curitiba, em outubro de 1969.
- 55 – No estrangeiro:  
 Estados Unidos – Chicago  
 Fourteenth Annual Meeting  
 February – 22-24 – 1962
- 56– Examinou os seguintes Concursos:  
 a) Para Professor Catedrático de Medicina Legal da Escola de Medicina e Higiene da Universidade Católica de Salvador – Bahia – 1972.  
 b) Concurso para Professor Assistente de Psiquiatria na Faculdade de Medicina da UFP – 1973.  
 c) Concurso de Docência Livre de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFP – 1959.
- 57– Integrou Banca Examinadora de Defesa de Tese por três vezes na Faculdade de Medicina da UFP.
- TRABALHOS PUBLICADOS – TESES**
- 58– Métodos Cirúrgicos de Exploração das Vias Biliares - 1944  
 Concorreu ao Concurso de Clínica de Cirurgia - 1945 – Faculdade de Medicina do Paraná.
- 59– Mortes Violentas em Curitiba – 1949.
- 60– A Responsabilidade Médica nas Transfusões de Sangue - 1950.  
 Docência da Cadeira de Medicina Legal.
- 61– Contribuição ao Estudo da Diagnose Específica e Individual do Esperma Humano. – Tese de Cátedra à Cadeira de Medicina Legal – 1952.
- TRABALHOS PUBLICADOS**
- 62– Um Século de Cirurgia do Aneurisma – Publicado no “Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões” - Vol. XVIII-no. 01 - pags. 113 a 120 - Janeiro de 1943.
- 63– O Tratamento Cirúrgico Ideal dos Aneurismas - Em colaboração com o Prof. Erasto Gaertner - Publicado nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” - Vol. 01 - pgs. 05 a 28.
- 64– Contribuição ao Estudo da Cirurgia Gástrica - Publicado nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” - Vol. 01 - pgs. 45 a 58 - 1943.
- 65– Estudos sobre a Tiróide - Publicado nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” - Vol. 01 no. 01 - 1943 - pgs. 59 a 68.
- 66– Alergia e Acidente do Trabalho - Idem - pgs. 70 a 73.
- 67– Insuficiência Hepática e Cirurgia - Prova de Quick - Idem, pgs. 75 a 80.
- 68– Problemas dos pós-operatórios em Cirurgia Gástrica - apresentado à Associação Médica do Paraná e publicado na Revista Médica do Paraná - Vol. XIII - no. 07 e 08, julho-agosto de 1944 - pgs. 29 a 37.
- 69– Câncer no Estômago - apresentado ao Centro Médico do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná e publicado no nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” - Vol. II – no. 02 - 1944 - pgs. 06 a 35.
- 70– Regulação Neuro-Vegetativa e Raqueanestesia - Publicado na Revista “Brasil Médico-Cirúrgico” - março 1945 - Vol. VII – pgs. 29 a 36.
- 71– Métodos Cirúrgicos de Exploração Biliar - Colangiografia Operatória - Tese de Livre Docência de Clínica Cirúrgica - 1945.
- 72– Sequelas da Colectistomia - Publicado nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná” - vol. III- no. 03 - 1846.
- 73– Valor Diagnóstico da Tubagem Duodenal – Prova de Meltzer-Lyon - publicado nos “Arquivos do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná”, vol. III- no. 03-1946.
- 74– Neurotomia Retrogasseriana - operação - cura - Publicado na “Revista Médica do Paraná”. Vol. XVI - no. 02 - pgs. 41 a 45.
- 75 – Investigação Médico Legal da Paternidade - publicado na “Revista Médica do Paraná” - Vol. XVII - julho-agosto 1948 - pgs. 139 a 144.
- 76– Suicídio por Instrumento Perfurante - apresentado à Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo em 14.01.1949.
- 77– Contribuição ao Estado das Mortes Violentas em Curitiba Tese de Concurso à Cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Paraná.
- 78– Intoxicação pelo Monóxido de Carbono - Bol. IML - 1944.
- 79– Suicídios - Homicídios e Acidentes - estudos dos casos ocorridos em Curitiba no quinquênio 1930 - 1948(1949) Tese de Concurso modificada (Contribuição ao Estudo das Mortes Violentas em Curitiba).
- 80– A Eugenia em face do Código Penal e Civil - Boletim do Departamento Médico Legal - 1950 - 1.º Semestre.
- 81– Deformidade - Acidente do Trabalho - idem - 1950.
- 82– Conceito Médico Legal de Vida Extra-Uterina - idem – 1950 – 2.º Semestre.
- 83– A Responsabilidade Médica nas Transfusões de Sangue Tese de Livre Docência de Medicina Legal - 1950.
- 84– A Perícia Médico-Legal nos Casos de Morte – Boletim do Departamento Médico Legal - 1951 - 1.º semestre.
- 85– Conceito de Perigo de Vida - Publicado na Revista do Centro Acadêmico.
- 86– Pena de Morte - Boletim do Instituto Médico Legal - 1953.
- 87– Identificação Hematológica - idem – III – 1952.
- 88– Secretores e não Secretores salivares dos antígenos grupais – idem - IV – 1953.
- 89– Conceito de Conjuncção Carnal - Apresentado em Porto Alegre ao 5.º Congresso Brasileiro de Medicina Legal.
- 90– Omissões do Código Penal nos Crimes Contra os Costumes - Apresentado do 5.º Congresso Brasileiro de Medicina Legal - Porto Alegre - 1965.
- 91– A sexologia Forense na atual realidade brasileira - apresentado ao 1.º Congresso Brasileiro de Medicina Legal - 1968 – Petrópolis.
- 92– Socialização da Medicina - Publicado nos Anais do Colóquio de Medicina Social, Criminologia e Deontologia Médica de São Paulo - 1968.
- 93– Contribuição ao Estudo da Obra Literária de Afrânio Peixoto - Separata dos Anais do II Congresso dos Escritores Médicos (1968).
- 94– A Medicina Legal e os Anticoncepcionais - Apresentado ao 2.º Seminário da Benfam em Vitória - Espírito Santo - 1969 - Publicado no Livro - A Família, seus Contrastes.
- 95– Comentários ao Novo Código Penal, Revista da Polícia Civil do Estado do Paraná.
- 96– A Responsabilidade Médica - Publicado na Revista da Associação Médica do Paraná - 1965.
- 97– O Controle da Natalidade e a Medicina Legal - Publicações da Benfam em 1966.
- 98– O Perigo dos Tóxicos - Colaboração do Livro do Êxtase à Loucura - 1972.
- 99– Progressos da Medicina e da Biologia e suas Repercussões na Área do Direito. Conferência pronunciada no 3.º Congresso Brasileiro de Medicina Legal realizado na cidade de Belém – Para outubro de 1971.
- 100– Atendimento Médico do INPS no Paraná. - Trabalho apresentado na Reunião da Associação de Hospitais do Brasil 1972.
- 101– Modificações das Leis Brasileiras sobre anúncio e uso de anticoncepcionais. Rv. da Pol. Civil - vol 2 no. 3 pgs. 22-24

- 102— O Perigo dos Tóxicos - Rev. da Pol. Civil - vol. 2 - no. 2 - 1971 - pgs. 33/39.
- 103— Simposiasta do Simpósio e Curso Latino Americano de Ginecologia e Obstetrícia - Aspectos Médico-Legais - Realizado no Rio de Janeiro em abril de 1973.
- 104— Aspectos éticos e legais do Planejamento Familiar. X Seminário de Planejamento Familiar. Coleção Estudos e Documentos 3 - Rio de Janeiro - 1973 - Conferências - Trabalhos não publicados.
- 105— Proteção à Profissão de Médico Legista - Apresentado ao IV Congresso promovido pela Sociedade Brasileira de Med. Legal - 1974 - dezembro.
- 106— Ética dos Transplantes de Órgão.  
CONFERÊNCIAS E PALESTRAS
- 107— Em Vitória - Espírito Santo - 1969; Medicina Legal e o Planejamento Familiar.
- 108— Na Universidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul Aspectos Médico-Legais dos Anticoncepcionais - 1971.
- 109— Em Natal - Rio Grande do Norte Modificações da Lei sobre Anúncio de Anticoncepcionais - 1970.
- 110— Em João Pessoa - Rio Grande do Norte As Leis sobre Anticoncepcionais Em outros Países e no Brasil - 1972.
- 111— São Luiz do Maranhão Aspectos Médico-Legais do Planejamento Familiar - março de 1973;
- 112— Conferência na Câmara de Deputados perante a Comissão de Saúde sobre "O Problema do Aborto no Brasil" 1972.

#### Conferência na Faculdade de Direito da Universidade

- Federal do Paraná sobre Problemas Cronológicos em Med. Legal.
- 114— Na Faculdade de Direito de Curitiba. O Problema dos Anticoncepcionais - Luta Contra os Tóxicos - O Progresso da Ciência Médica e sua repercussão no Direito.
- 115— Conferência na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná sobre "A Inseminação Artificial, Moral e Legislação" - Ciclo de Conferências promovido pelo Centro Acadêmico "Hugo Simas".
- 116— Conferência na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná sobre "Paternidade Responsável" - 1967.
- 117— Conferência no Congresso de Ginecologia de Curitiba - outubro de 1972, sobre "Os Aspectos Legais e Médicos do Uso dos Anticoncepcionais".
- 118— Palestra no Rotary Club Oeste - "O Problema dos Tóxicos" - 1972.
- 119— Palestra no Rotary Club Oeste Curitiba - o mesmo da disciplina - Estudo de Problemas Brasileiros na Faculdade de Medicina - 1972.

#### DISCURSOS

- 120— Discurso de Cátedra em 1953.
- 121— Discurso resposta homenagens pela conquista de Docência Livre de Med. Legal.
- 122— Discurso de Homenagem ao Prof. José Pereira de Macedo pela Aposentadoria da Cátedra.
- 123— Discurso na Universidade Federal do Paraná - pelo Aniversário da Revolução - 1964.
- 124— Discurso no Conselho Penitenciário em fevereiro de 1975 sobre o cinquentenário da Criação dos Conselheiros Penitenciários.

#### OBRA DIDÁTICA PUBLICADA

- 125— Tratado em 2 volumes de MEDICINA LEGAL e DEONTOLOGIA - 1965 e 1967.

#### CURSOS DE EXTENSÃO E APERFEIÇOAMENTO

- 126— Curso de Hipnologia prelecionado pelo Dr. José Torres

Norty de Buenos Ayres.

- 127— Curso de Psicanálise feito pelo Prof. Eduardo Etzel de São Paulo - 1966~  
PRELECIONOU OS SEGUINTE CURSOS
- 128— Curso de Hipnologia para Médicos - Londrina 1963.
- 129— Curso de Sexologia Forense na Universidade de Florianópolis a convite da Reitoria daquela Universidade - junho de 1971.
- 130— Curso anual de Medicina Legal na Escola de Polícia do Paraná onde é Prof. Titular.
- 131— Curso sobre Temas de Ginecologia Forense - 1973 - Dado aos Médicos Residentes do H.C. da disciplina de Ginecologia do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná.

#### COMPARECIMENTO A CONGRESSOS, SIMPÓSIOS DIÁLOGOS E COLÓQUIOS NO BRASIL

- 132— Congressos de Medicina Legal e Criminologia em Salvador - Bahia - 1958.
- 133— Congresso de Med. Legal e Criminologia em Porto Alegre - 1964.  
Apresentou dois trabalhos e foi Presidente da Mesa.
- 134— Congresso de Med. Legal de Petrópolis - Est. do Rio de Janeiro em 1968.  
Foi Relator do Tema Oficial Principal do Congresso - "A Sexologia Forense e a Moral Contemporânea".
- 135— Colóquio de Medicina Social - Criminologia e Deontologia Médica em São Paulo.  
Foi Relator Oficial do Tema "Socialização da Medicina".
- 136— Congresso de Medicina Legal de Belém do Paraná - 1971.
- 137— Foi Conferencista sobre o Tema Os Progressos da Biologia e da Ciência Médica e sua Repercussão no Direito.
- 138— Congresso de Ginecologia e Obstetrícia de Curitiba - 1972 onde prelecionou aula sobre "Aspectos Jurídicos dos Anticoncepcionais e da Esterilidade".
- 139— Congressos de SOS - Londrina. Pronunciou conferência.
- 140— Congresso de Medicina Legal sob os auspícios da Soc. Brasileira de Med. Legal, realizado em São Paulo 1974 onde foi Relator do Tema Oficial "Proteção da Profissão de Médico Legista".
- 141— Congresso Internacional de Criminologia realizado em Londrina - 1973 onde apresentou dois trabalhos.
- 142— Simpósio sobre Anticoncepcionais e Controle da Natalidade de Curitiba - 1966. Apresentou trabalho sobre o Tema Oficial.
- 143— Simpósio sobre Planejamento Familiar de Vitória - Espírito Santo. Pronunciou conferência sobre "Aspectos Médico-Legais e Deontológicos.
- 144— Simpósio da Benfam de Natal, onde pronunciou conferência.
- 146— Simpósio de São Luiz do Maranhão, em 1973, onde pronunciou conferência sobre "Modificações das Leis e Planejamento Familiar".
- 147— Simpósio e Curso de Atualização de Ginecologia e Obstetrícia onde foi Simposista sobre "Aspectos Médico-Legais da Adolescência e o Ginecologista".
- 148— Nos Estados Unidos - Meeting de Chicago - 1962.

#### TRABALHOS APRESENTADOS E A PUBLICAR

- 149— Suicídios Raros em Alienados.
- 150— Aspectos Médico-Legais da Esterilidade - apresentado à Associação Médica.
- 151— Considerações Médico-Legais sobre o Crime de Incesto - Apresentado à Associação Médica do Paraná - 1957.
- 162— Assistência aos Egressos das Prisões.
- 153— O Problema do aborto provocado no Brasil. Apresentado à Comissão de Saúde do Congresso Nacional.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 97/76

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira objetiva o presente plano de lei conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor ERNANI SIMAS ALVES.

O projeto de lei em questão vem articulado e devidamente justificado, obedecendo, desta forma, o que preceitua o artigo 123, do Regimento Interno.

A iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional.

Quanto ao aspecto legal, por outro lado, atende o que estabelece a Lei no. 5638, de 13 de setembro de 1967, senão vejamos:

Disciplina aquele diploma legal, em seu artigo primeiro, que são condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense: I — desempenho com denodo da função pública; II — contribuição científica, cultural, artística ou literária; III — ação em favor de obras de relevante valor social; e, IV — participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras.

Do exame do processo, resultou estar preenchido o primeiro dos requisitos, pelo fato do homenageado ser Titular da Cadeira de Medicina Legal e Deontologia; Chefe do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria e Coordenador da Disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, todos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, entre outros, além de ter ocupado o cargo, por longo tempo, de Diretor do Departamento Médico Legal, em cujas funções se houve sempre com brilhantismo, dinamismo e alto espírito público.

Da mesma forma, verifica-se pelo que mais consta do processo, que os demais requisitos legais foram atendidos, eis que o Professor ERNANI SIMAS ALVES contribuiu e vem contribuindo de forma meritória, eficaz e brilhante em favor da ciência, da cultura e da literatura especializada, através de inúmeras obras já publicadas e de vários outros trabalhos apresentados e que estão para ser publicados; vem, igualmente, participando ativamente na defesa dos postulados democráticos há longos anos, notadamente na qualidade de Coordenador da Disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná; quanto à prática de legisla junto ao Departamento Médico Legal, caracteriza o alto valor social de sua contribuição.

Quanto ao aspecto de sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto, assim como o vasto e rico currículo do homenageado.

Nestas condições, e tendo em vista as razões expostas, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sakae Yaeu, ocorrido na cidade de Arapongas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Estella Ronconi, ocorrido nesta Capital APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Michelon, ocorrido na cidade de Pato Branco. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Obras Públicas, encarecendo sejam efetuadas melhorias na estrada que liga Cândido Rondon a Guaíra. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações, referente às razões da SANEPAR continuar cobrando a "Quota Previdência", contrariando decreto do Sr. Presidente da República, vedando aquela cobrança após janeiro do corrente ano. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, integrada por três membros a serem indicados pelas respectivas lideranças, para, no prazo de 48 horas, colher junto às autoridades educacionais e, em especial, ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, as informações capazes de elucidar os fatos verificados no Instituto de Educação do Paraná. —

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, este requerimento colhe antecipadamente a aprovação do eminente líder da Bancada Arenista desta Casa.

Todavia, S. Exa. pondera e me parece com razão, que por estarmos hoje na quinta-feira, o prazo solicitado se tornaria exíguo, em razão do fim de semana que se inicia e em razão de compromissos que o Sr. Secretário de Educação poderia ter nestes dias. E solicita e me parece que deva ser encampada esta solicitação no sentido que o prazo se dilate até a próxima quarta-feira.

Neste sentido, então, aduziria esta emenda ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Eu atendo e aguardo o encaminhamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Já providenciei o encaminhamento da emenda que solicita V. Exa.

Nada impede, nada obsta, que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em votação o requerimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações, referente a eventuais transferências de instalações. — APROVADO.

Queremos, com todo o prazer, anunciar a presença neste Plenário, do Sr. Vereador Milton Barbosa, do Município de Alto Piquiri. As nossas boas estadas nesta Casa, conosco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.